



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA-FACHTO**

**KELLEN ASSUNÇÃO DUARTE**

**SAIAS E URNAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES NO  
MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARÁ (CAMETÁ DÉCADA DE 1940-1980).**

CAMETA-PA  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
**FACULDADE DE HISTÓRIA-FACHTO**

**KELLEN ASSUNÇÃO DUARTE**

**SAIAS E URNAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES NO  
MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARÁ (CAMETÁ DÉCADA DE 1940-1980).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História do Tocantins da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário do Tocantins-Cametá/Cametá, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETA-PA  
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA-FACHTO**

**KELLEN ASSUNÇÃO DUARTE**

**SAIAS E URNAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES  
NO MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARÁ (CAMETÁ DÉCADA DE  
1940-1980).**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Doutorando Tatiane do Socorro Correa Teixeira  
Membro da Banca**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosimeire de Oliveira Souza  
Membro da Banca**

Apresentado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Conceito: \_\_\_\_\_

CAMETA-PA  
2016

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, que me concedeu a vida e que em todos os momentos desta longa caminhada sempre me deu forças para segui em frente.

Agradeço a minha orientadora a professora doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto, que acreditou nesse trabalho quando muitos falaram que era impossível, e por ter sido paciente em minhas ausências, e ter me ajudado bastante me dando dicas e apoio moral para o desenvolvimento deste e de todos os outros trabalhos feitos durante o curso de História na Universidade Federal do Pará.

Muito obrigada também aos professores da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá, José Dias Júnior, Elias Diniz Sacramento, Carlos Leandro, Tunai Reinon, Rosemeire, Aline e ao professor Francivaldo Nunes que de forma significativa contribuíram para minha formação. Meus agradecimentos também se estende a todos os funcionários da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário do Tocantins-Cametá.

Quanto aos companheiros de curso, foram alguns nestes quatro anos e todos me acrescentaram muito. Agradeço a turma de História 2012-Regular/Cametá, destacando de forma especial a Edilene Correa, a quem sou grata pelas conversas, companhia, infinitas loucuras e risadas e pelas horas e horas ouvindo minhas descobertas e dúvidas sobre minha pesquisa. Obrigada! Agradeço a turma de História 2012- Intervalar - Cametá, em especial a equipe PI, pelo companheirismo, amizade, alegrias, conquistas e por tudo que vivemos dentro e fora do espaço acadêmico.

Eliton Rodrigues, não tenho como expressar o quanto sou grata por tudo que fizeste por mim nesses quatro anos de curso. Obrigada pelas palavras de apoio, paciência, amizade e por nunca ter me deixado desistir.

Meus agradecimentos especiais são direcionados aos entrevistados da pesquisa que deu origem a este estudo, por dedicarem horas e minutos que, tenho certeza, são preciosos em seus dia-a-dia já tão corrido.

Gostaria de deixar registrado também o meu reconhecimento a minha família, minha mãe Maria Lacelete Assunção, meu pai João Duarte e meus irmãos, Ray Charles, Karen Assunção, Richard Assunção e Katia Assunção. E ao meu marido, Danieli Oliveira e aos meus filhos, Mel Assunção, Manoel Neto e Manoela Duarte, pelo carinho, amor e paciência. Acredito que sem o apoio de vocês seria muito difícil vencer esse desafio. Obrigada a todos!

## RESUMO

O presente estudo pretende compreender de que forma se dava as participações das mulheres nas eleições na cidade de Cametá no período correspondente às décadas 1940-1980, buscando entender qual era o papel feminino, na construção do cenário político cametaense, com a intenção de identificar, e definir, o perfil das mulheres que participaram das eleições, e como as personalidades políticas femininas, estavam associadas aos acordos políticos partidários. Na década de 1940 ocorreu a eleição da primeira mulher que foi eleita com voto direto para vereadora até 1980, período de redemocratização, que demarcou o fim do bipartidarismo, possibilitando a entrada de novos grupos políticos e uma maior liberdade política. Para cumprimos o objetivo dessas pesquisas, foram utilizados como aporte teórico metodológico análise de autores como: BENTES (2007), AVELAR (1996), SARAL e SANTOS (2010), THOMPSON (1998), Mauad (1996), acrescidas a fontes como: materiais de campanhas como, cartazes, discursos, propostas, acordos políticos e as posturas das mulheres, observadas nos registros escritos e relatos orais. Este, portanto, trata-se de um estudo no qual se observou o comportamento político de agentes femininos na cidade de Cametá, em um período em que o sistema político brasileiro era muito restrito a participação feminina nos processos eleitorais. Se verificou que houve participação feminina na política Cametaense, e que essa participação está exposta nas ações dirigidas pelas mulheres, tanto como candidatas, esposas ou companheiras de candidatos, cabo eleitorais ou ajudando nas campanhas eleitorais. E que "ausência" que por muitos é colocada decorre do não reconhecimento dessas mulheres, que só passam a ser vistas a partir do momento que ocupam uma cadeira na Câmara Municipal do município, desprezando assim todo o árduo trabalho que outras mulheres assumem e desenvolvem nesse meio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política; Eleição; Mulher; Cametá Pará.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPITULO I: GÊNEROS FEMININOS ENTRE A HISTORIA E HISTORIOGRAFIA:.....</b>	<b>12</b>
1.1 Gêneros uma questão em constante debate: apontamentos da historiografia.....	13
1.2 Mulher e política em estudos de história: Posições da historiografia.....	22
<b>CAPITULO II: A INSERÇÃO FEMININA NA POLITICA DE CAMETÁ.....</b>	<b>27</b>
2.1 As Mulheres em Registro.....	29
2.2 Os processos eleitorais e as Mulheres.....	36
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>56</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>57</b>

## LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

<b>FIGURA 1: IMAGEN DE VÊNUS DE WILLENDORF. UMA DAS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DE DIVINDADE QUE SE CONHECE.....</b>	<b>14</b>
<b>FIGURA 2: IMAGEN DE ÃNFORA GREGA, REPRESENTANDO COTIDIANO ATENIENSE, ONDE UMA MULHER TRABALHA COMO TECELÃ.....</b>	<b>15</b>
<b>FIGURA 3: CHARGE PUBLICADA NOS ESTADOS UNIDOS, NA DÉCADA DE 1960, DURANTE UMAS DAS MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA CAUSA FEMINISTA.....</b>	<b>19</b>
<b>FIGURA 04: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO PARÁ.....</b>	<b>28</b>
<b>FIGURA 05: IMAGEM DA ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ, SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1973 .....</b>	<b>31</b>
<b>FOTOGRAFIA 01: PROFESSORA MARIA CORDEIRO DE CASTRO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ.....</b>	<b>33</b>
<b>FIGURA 06: IMAGEM DO DIPLOMA DE VEREADORA DE MARIA CORDEIRO.....</b>	<b>36</b>
<b>FOTOGRAFIA 02: BILHETE DESTINADO A PROFESSORA MARIA CORDEIRO NO ANO DE 1979.....</b>	<b>39</b>
<b>FIGURA 07: DIPLOMA DE HOMENAGEM Á PROFESSORA MARIA CORDEIRO DE CASTRO PELO GOVERNO DO ESTADO.....</b>	<b>40</b>
<b>FOTOGRAFIA 03: IMAGEM DE DONA MARIA CORDEIRO, EM UMA DAS MISSAS NA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA.....</b>	<b>41</b>
<b>FOTOGRAFIA 04: PROFESSORA MARIA ALVES PINHEIRO, NA VILA DO CARAPAJÓ JUNTO DE SUA FAMÍLIA.....</b>	<b>42</b>
<b>FOTOGRAFIA 05: PROFESSORA MARIA PROGÊNIO NO EDUCANDÁRIO WEAVER, COM UMA DAS CRIANÇAS QUE CUIDAVA.....</b>	<b>43</b>
<b>FIGURA 08: TRECHO DA ATA DA SECÇÃO DE 1º DE FEVEREIRO DE 1977.....</b>	<b>44</b>
<b>FIGURA 09: TRECHOS DA SECÇÃO DE 1983.....</b>	<b>45</b>
<b>FIGURA 10: CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA SENHORA XANTIPA RANIERI.....</b>	<b>47</b>
<b>FOTOGRAFIA 06: TÉCNICA EM ENFERMAGEM XANTIPA RANIERI.....</b>	<b>48</b>
<b>FOTOGRAFIA 07: DONA XANTIPA RANIERI EM CAMPANHA NAS ELEIÇÕES DE 1982 NA CIDADE DE CAMETÁ, JUNTO A JADER BARBALHO E HERUNDINO MOREIRA.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

É importante ressaltar, que a escolha desse tema, se deu devido a grande importância, que a participação feminina tem na conjuntura política partidária nacional na atualidade, dessa forma, houve uma necessidade de estudar, quando a participação feminina começa a ter força na política, e como essa importância se propagou ao longo dos tempos, tendo como ênfase de análise um município Amazônico, Cametá-estado do Pará (queira ver figuras 4 e 5), no período de 1940-1980. Para assim ser traçado o perfil da mulher cametaense, como Política e como militantes de determinados grupos políticos.

Para tanto, se objetivou compreender de que forma se dava as participações das mulheres nas eleições na cidade de Cametá no período em questão, buscando entender qual era o papel feminino, na construção do cenário político cametaense, com a intenção de identificar, e definir o perfil das mulheres que participaram das eleições, e como as personalidades políticas femininas, estavam associadas aos acordos políticos partidários. Neste sentido, foi analisado como e o porquê as mulheres entravam na política, quais as metodologias usadas pelos partidos, no que tange a participação das mulheres, visando serem eleitas vereadoras ou prefeitas, para ocupar a prefeitura de Cametá.

O período escolhido para este estudo se deu devido na década de 1940 ter ocorrido a eleição em Cametá da primeira mulher, eleita com voto direto para vereadora até 1980, época de redemocratização, que demarcou o fim do bipartidarismo, possibilitando a entrada de novos grupos políticos e uma maior liberdade política.

Nessa perspectiva, o que me motivou a estudá-lo, foi à falta de discussões sobre essa questão, que se reflete na escassez de produções bibliográficas acerca do assunto. Dessa forma, pode-se afirmar que o presente trabalho tem muita importância, não só para o município de Cametá conhecer a sua própria história, no que se refere a participação feminina na política partidária, mas também para esta pesquisadora iniciante, que pretende colaborar com a história das mulheres na política partidária, que ainda necessita de estudos a respeito dessa questão.

Neste sentido, a intenção é refletir o porquê de uma cidade existente desde 1635, considerada uma das cidades mais antigas da Amazônia só veio registrar em 1940 a participação feminina nos processos eleitorais. E assim analisar de que forma a participação feminina, estava articulada na política partidária Cametaense, e qual o efeito

isso provocava na sociedade, evidenciando a trajetória da participação feminina, nas eleições de 1940 até 1980, enfatizando o que mudou nas formas de participação, e como essa participação estava associada a certos preconceitos existente numa sociedade, onde recentemente a mulher tinha conquistado o direito do voto.

Para a realização desse estudo, foram utilizadas como fontes um conjunto de estudos voltados à compreensão de Gênero Feminino entre a História e Historiografia, por meio de autores que discutem Gênero como uma questão que está em constante debate e autores que discutem política e mulher nos estudos de história. Estudos bibliográficos este, que foram acrescidas a entrevistas realizadas com alguns atores do cenário político cametaense, agentes públicos envolvidos direta ou indiretamente nesta experiência.

Muitos consideram a Política uma arte, todavia existem aqueles que fazem dessa arte, uma forma de enganar as pessoas, objetivando beneficiar a si próprio, com os bens comuns. Com isso, entende-se que ao abordar o tema Política e participação feminina nesse processo, é inevitável falar sobre certo preconceito. Uma vez que a participação feminina, culturalmente esteve ligada a tarefa doméstica, e por muito tempo ficou sumida da história política eleitoral brasileira. Por outro lado, é importante ressaltar que, tal assunto do ponto de vista político é tendencioso de se discutir, em virtude da alienação política imposta pelo estado.

Alguns autores como Solange Bentes, no texto *Cidadania e Exclusão: a luta das minorias pela representação e participação política* (2007), diz que, desde os primórdios da civilização, as mulheres são excluídas das esferas de poder, e de decisão. Dessa forma, a autora ajuda a compreender, o porquê ainda nos dias de hoje, existe essa dificuldade de se conceder plena cidadania às mulheres. A autora Lúcia Avelar, no texto *As Mulheres na Elite Política Brasileira: canais de acesso ao poder* (1996), ajuda a entender que o ato de votar, é a forma mais elementar de participação política, porém não menos importante do que as demais, como o envolvimento em discussões, ir a comícios, trabalhar em entidades de caráter social, engajar-se em uma causa, candidatar-se a cargos eleitorais, entre outras.

Nessa perspectiva, Lúcia Avelar fala sobre os canais de participação feminina que abrangem os partidos políticos, movimentos sociais, órgão de representação de interesses, grupos de pressão, instituições públicas, instâncias do judiciário e a mídia. Como forma de influenciar as políticas públicas, comumente mulheres engajam-se em causas, organizando-se em movimentos sociais. As mulheres envolvem-se na política, em sua maioria, de forma distinta dos homens, geralmente através dos movimentos de base, ligados as necessidades específicas, raiz da sociedade.

É importante mencionar que além, do estudo bibliográfico que embasaram teoricamente o presente estudo, realizou-se a pesquisa de campo, a partir da localização de documentos e de entrevistas e conversas informais com diversas pessoas envolvidas no cenário político cametaense, em busca de informações sobre a política partidária e a participação feminina nesse processo em Cametá. A coleta de entrevistas teve como referência alguns estudos de História Oral, dentre os quais se destaca o texto *Historia Oral como Fontes: Apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa*, (2010) de Magda Saral e Reinaldo dos Santos, que trata de métodos e cuidados com este tipo de pesquisa, como o conhecimento do contexto de atração do entrevistado, conhecer de quem se trata a entrevista, isso com um roteiro de perguntas diretas ou livres, capitado por um gravador ou outro recurso de áudio.

Afinal, como afirma Thompson, no caso de haver alguma “discrepância entre evidência escrita e oral, não se segue que um relato seja necessariamente mais fidedigno que o outro. A entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial. Ou, então a divergência poderá representar dois relatos perfeitamente válidos a partir de dois pontos de vistas diferentes, os quais, em conjunto, propiciam pistas essenciais para a interpretação verdadeira” (THOMPSON, 1998).

Nessa premissa foram analisadas várias imagens onde entendemos o lugar das mesmas na história da mulher na política eleitoral de Cametá, como uma mensagem que se processa através do tempo, transmitindo tanto imagens/monumento, quanto imagem/documento, defendida por Ana Maria Mauad, no texto *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces* (1996), que auxiliou entender os diferentes métodos e cuidados com o estudo e análises dessas fontes. Como, por exemplo, se dá a análise no espaço fotográfico que compreende ao recorte espacial processado pela fotografia, assim como, a observação no espaço geográfico que compreende o espaço físico representado na fotografia e na análise do espaço do objeto, do espaço da figuração e do espaço da vivência.

Da mesma forma, outros autores(as) estudados(as) foram de suma importância para enriquecer a discussão do tema proposto. Pois, trabalhar com a temática envolvendo política exige certos cuidados, uma vez que cada momento histórico corresponde a um modo de interpretação.

O presente estudo está constituído em dois capítulos. O primeiro capítulo, *Gêneros Femininos entre a História e Historiografia*, apresenta análises de autoras e autores que discutem Gênero, Política e Mulher. Trata-se de leituras que possibilitaram

entender como a historiografia analisou os temas vinculados ao Gênero, e como tais estudos trabalham a participação das mulheres na Política, questão que tem grande importância neste trabalho de conclusão de curso, pois traz uma gama de conhecimento que facilitou muito o desenvolvimento da pesquisa e a apreciação dos dados que foram coletados

No segundo capítulo, *A Inserção feminina na Política de Cametá*, identifica as mulheres e traça o perfil de cada uma que participou dos processos eleitorais em Cametá. Trata ainda das campanhas eleitorais e da atuação das mulheres cametaenses, bem como, suas formas de fazer campanha em busca do voto. Busca, ainda, retratar como as mulheres são percebidas por outros candidatos e pelo eleitores, como aconteciam os processos eleitorais e como o resultado das eleições eram apresentados.

## **CAPITULO I**

# **GENEROS FEMININOS ENTRE A HISTORIA E HISORIOGRAFIA**

## 1.1 GÊNEROS UMA QUESTÃO EM CONSTANTE DEBATE: APONTAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA

Discorrer sobre os aspectos essenciais que infligem a caracterização do movimento feminista dentro de um dimensionamento histórico induz a um esforço abreviado, porém concludente, sobre a explanação de como se estabeleceu precisamente a própria evolução histórica da mulher no que tange à sua representatividade e participação no contexto social.

Como indicado ao início do corrente discernimento, a participação da mulher ao longo dos processos de evolução histórica afere uma representação de embates em detrimento da efetivação e autodeterminação da funcionalidade deste gênero, distanciando-se desde o pretense contexto fetichista e a submissão imposta pelas manifestações machistas, autoritárias e misóginas destacadas pelas classes dominantes (leia-se, da hegemonia masculina ao longo da história) até o âmbito de destaque social observado na contemporaneidade, onde cada vez mais se percebe a ascensão da figura feminina no comando dos mais elevados segmentos da coletividade (QUEIROZ, DINIZ, COSTA, 2007).

Em verdade, pode-se sintetizar que a importância feminina, como testemunho na análise histórica e historiográfica, discorreu-se entre dimensões de representatividade que se abrangem da idolatria à subjugação. Diz-se da idolatria, de um fetichismo<sup>1</sup> ou adoração exacerbados; por se fazer reconhecer a significância da mulher quanto à sua capacidade natural em dar à luz, e, sem esta funcionalidade biológica, não se entenderia a continuidade da perpetuação do gênero humano (VOTRE, LOVISOLO, 2007).

Talvez, por esta consideração (que não exige, primordialmente, uma maior sofisticação conceitual para delinear-lhe um sentido mais categórico), a teleologia<sup>2</sup> da maternidade catapultou a condição da mulher como uma das primeiras formas de divindade que se deixa reconhecer pela análise antropológica e histórica dos processos de desenvolvimento ao longo do tempo (LEVI-STRAUS, 2004).

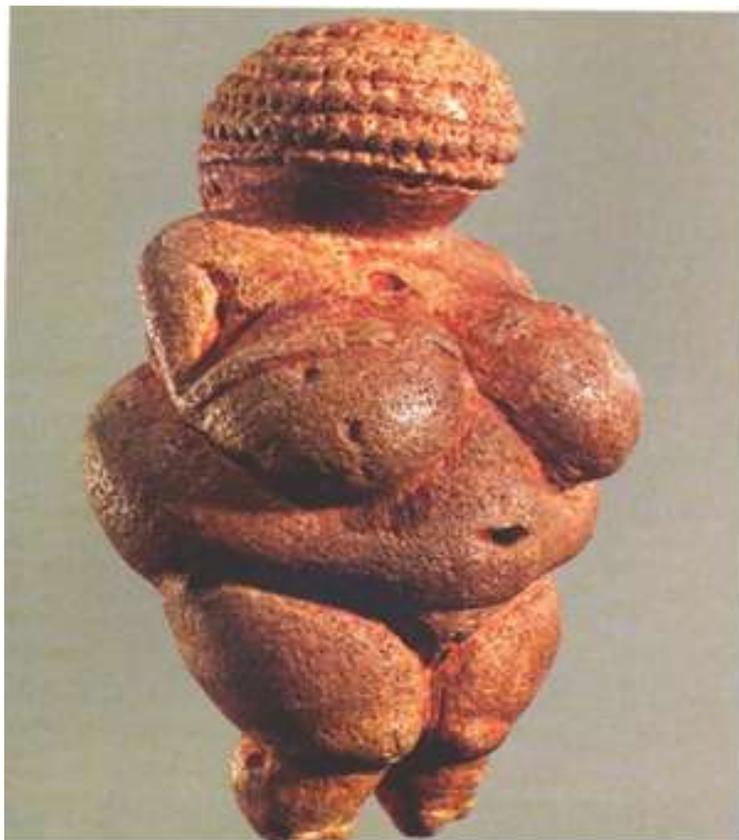
---

<sup>1</sup> Fetichismo faz referência ao consumo ideológico atribuído a seres inanimados ou não, muitas das vezes atingindo conotações sexuais (CHAUI, 2000). É o que se pode reconhecer com relação à apologia erotizada destacada pelos homens com relação às mulheres, que variou deste a adoração lírica da musa inspiradora, até a sua concretização como objeto definido para a satisfação sexual da lascívia machista e patriarcalista; aspectos estes que se fazem sentir até os dias atuais, mesmo com a sobrelevância da mulher frente à realidade social.

<sup>2</sup> Teleologia corresponde à representação de funcionalidade, da aferição de um propósito a um dado elemento ou ação (CHAUI, 2000).

É o que se deixa reconhecer pelas primeiras representações de divindades que concernem o sentido da fertilidade, da prevalência da continuidade natural instituída pela existência; da fartura, do retorno às raízes, da segurança, da generosidade, dentre outros aspectos e valores que se deixam reconhecer pela figura da mulher (ROCHA, 2009).

A terra – em si e conforme a consideração atribuída por sociedades primevas – faz-se reconhecer como a própria mãe ou à mulher pelas quais os indivíduos recorrem para a adoração de sua entidade, de modo a se reconhecer, subjetivamente, a absorção de valores que lhe possam recobrar o intuito de retorno às origens, de salvaguardo que o pensamento selvagem concebe como confortável, fértil, seguro e afável. Prova desta representação pode ser identificada através das primeiras referências de culto entre a espécie humana, no período paleolítico, quando as figuras de deidades eram apresentadas com traços femininos (SARTI, 2004).



**Figura 01:** Vênus de Willendorf. Segundo a concepção de antropólogos e arqueólogos, constitui-se como uma das primeiras representações de divindade que se conhece. Suas formas correspondem ao padrão estético instituído à época, em que o pensamento pré-civilizado remetia a um arquétipo pretensamente incluso no contexto de fertilidade, fartura e generosidade. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%A9nus\\_de\\_Willendorf..](https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%A9nus_de_Willendorf..)

A antropomorfização, ou, mais precisamente, a androgenização<sup>3</sup> dos valores subjetivos e das materialidades, não tardou com que viesse a atingir concretude dentre as manifestações religiosas das sociedades antigas pretensamente matriarcalistas.

É o que se pode decifrar quanto às diversas representações femininas que se deixavam reconhecer em estudos arqueológicos diversos, sendo que a iconofilia alicerçada com relação a elementos representativos de feminilidade se deixa aferir – tal como a consolidação das primeiras práticas religiosas – pela significativa ocorrência de pequenas divindades cunhadas em rochas, metais, ossos e demais materiais; incorrendo a uma plena significação de signos e valores que definem a fertilidade feminina e sua importância para a continuidade da existência humana (ROCHA, 2009; FONSECA, 2003).



**Figura 02:** Ânfora grega, representando cotidiano ateniense, onde uma mulher trabalha como tecelã. Dos tempos da Antiguidade Clássica até meados do século, a participação feminina na construção da sociedade se renegou a atividades domésticas, sendo plenamente dominadas pela figura do homem. Fonte: <http://www.planetaeducacao.com.br/>

<sup>3</sup> Antropomorfização se corresponde como os processos de aferição de sentimentos características físicas nomeadamente humanas a determinados elementos, sejam estes concretos ou subjetivos convencionalmente utilizados em diversas manifestações religiosas. Androgenização se faz reconhecer pelo mesmo entendimento, todavia, deixa-se repercutir de forma mais incisiva com relação à personificação da figura feminina e determinados elementos de adoração ou consumo ideológico (ROCHA, 2009).

Todavia, conforme o avanço dos processos históricos, remetendo-se mais precisamente à período de ascensão das civilizações que deram contorno ao dito ‘mundo ocidental’, percebe-se que a adoração à feminilidade incorreu sobre outras veredas, consolidadas por diferenciadas atribuições que transpassaram a antiga contemplação religiosa até se atingiram um contexto de imposição da figura masculina sobre a feminina; instituindo-lhe submissão, fetichismo dentre outras manifestações de correção entre gêneros demasiadamente arraigadas quanto um tipo de subjugação sexual (CARNEIRO, 2003).

Em verdade, foram séculos de dominação, no que se tange à compreensão dos valores históricos que atualmente se deixam reconhecer junto a uma definição de “ocidentalidade”; em que, deste a Antiguidade até meados da Idade Contemporânea, vê-se que a figura da mulher – mesmo com a manifestação de alguns ecos de resistência feminina – se limitou à doutrina do patriarcalismo e do machismo. Nestes, mulheres de diversas épocas e contextos sociais não podiam exercer os mesmos direitos que eram atribuídos aos homens, sendo quase que exclusivamente submetidas aos afazeres domésticos, à criação dos filhos e aos cuidados dos pais, irmãos e maridos. E, com isso eram subjugadas ideológica e substancialmente, não possuindo abertura para simples demonstrações, pensamentos e ações que viessem a expressar:

Nos Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo sexo*, foi uma das precursoras na crítica ao sujeito, desafiando sua presumida universalidade, neutralidade e unidade, argumentado que no mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica, sem marcações (sexual, racial, religiosa), ‘universal’, e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua ‘diferença, sempre aprisionados em suas especificidades, designando o *outro*. Isto define a posição de homens e mulheres: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Dito de outro modo, “o masculino está investido dos significados de representação da totalidade, ao mesmo tempo em que possui a qualidade de um gênero frente ao outro” (FONSECA, 2005, p. 484).

A interpretação de Fonseca (2005) para a conceituação de feminismo apresentada por Simone de Beauvoir permite resumir parte da história as relações de gênero e da figura da mulher ao longo do processo histórico, mais precisamente no detalhamento do quanto a figura feminina foi suprimida pela do patriarcado, e mantendo a mesma seriedade na crítica da pensadora francesa quando detalha a quando a mulher não fora somente relegada a um

segundo plano, como uma expressão menor à da participação do homem, mas denuncia a opressão em todos os contextos possíveis (FONSECA, 2005).

Decerto, durante o decorrer dos processos históricos em que a mulher foi mantida de forma passiva com relação ao domínio patriarcal definido por diversas conjunturas sociológicas, foram estabelecidos alguns valores que, mais à frente, suscitaram a constituição das primeiras iniciativas feministas.

Fala-se, mais precisamente, da absorção de elementaridades convertidas do pretense fetichismo atribuído à determinação da figura humana, proporcionada pelas artes e ciências logo durante o século XVIII, mas precisamente após a constituição do iluminismo como vertente de valorização ao ser humano acima de qualquer representação religiosa e pela a mudança da ordem social apresentada pelo período pós-Revolução Industrial. De fato, estas transformações da ordem coletiva induziram ao fomento e alicerçamento da proposta por direitos equivalentes a homens e mulheres (FONSECA, 2005).

Nas artes, ciências e demais expressividades que auxiliaram na importância do papel atribuído à mulher, observa-se o pretense atributo e imposição de sentimentos que conduzirão a aceção do contexto feminista, em verdade, proporcionado pela iniciativa dos homens (ROCHA, 2009).

É o que se pode destacar junto aos movimentos culturais europeus processados ao longo dos séculos XVIII, XIX e até meados do início do século XX, como definido pelo lirismo e apologia remissivo aos primeiros tempos da contemplação do homem com relação à mulher, como definido pelo romantismo; à crítica corroborada entre o racionalismo e o cientificismo estabelecidos pelas visões realista e naturalista da sociedade, das vanguardas artísticas; dentre outras formas de expressão da intelectualidade humana, há de se perceber uma mudança de enfoque que estimularia a busca pela derrocada de estereótipos, conduziria o embate de gêneros e institucionalizaria a enfática feminista (MARIANO, 2005).

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes

manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2009, p. 15).

Entre polêmicas, disputas ferrenhas e conquistas, pode-se induzir a reviravolta dos processos históricos quanto à inserção da mulher pela definição dos movimentos de imposição e reconhecimento pela igualdade entre gêneros e manifestações de sexualidade (VOTRE, 2004).

Todavia, o contexto das lutas de gênero ainda não denotava a grande efervescência que viria a se suscitar no decorrer da contemporaneidade, uma vez que, no período histórico compreendido pela virada dos séculos XIX e XX, diversas manifestações relutavam em permanecer a mulher sob uma posição de dominação ideológica, cultural, física e até mesmo institucionalizada – pois, mesmo em uma época em que se debatia a imposição de movimentos humanistas, democráticos e correspondentes à satisfação dos direitos humanos, pouco se reconhecia a aplicação de políticas públicas voltadas à mulher – destacando-se o modelo patriarcalista por todas as representações sociais (ROCHA, 2009; MARIANO, 2005).

Em contrapartida, a reação começava a se estabelecer com maior organização e força, sobretudo por parte das concepções pró-feministas que já se faziam manifestar pela insatisfação de movimentos de mulheres trabalhadoras que ensejavam melhores condições de trabalho e remuneração proporcionais aos salários emitidos aos homens, uma vez que as forças de produção capacitadas pela ordem feminina se responsabilizavam por serviços tão desgastantes quanto aqueles praticados pelas forças produtivas de ordem masculina (SARTI, 2004).

A representação política das mulheres em cargos públicos, a reformulação de costumes, o protesto contra a violência e opressão, contra a exploração sexual, os programas anticoncepcionais, o advento da participação massiva da mulher no mercado de trabalho e a liderança destas no controle das unidades familiares se estabelecem como parte das conquistas em muito mitigadas pelo desempenho dos movimentos de mulheres que nasceram na Europa e Estados Unidos, e que se propagou por todo o mundo ao longo das últimas décadas do século XX (<https://seattlefeministassemblage.wordpress.com/2012/10/>).



**Figura 03:** “Se eu tiver um martelo, esmagaria o patriarcalismo – Eu o encontrei!”. Charge publicada nos Estados Unidos, na década de 1960, durante uma das mais efervescentes movimentações políticas voltadas à valorização da causa feminista. Fonte: <https://seattlefeministassemblage.wordpress.com/2012/10/>.

Em verdade, seria necessário apartar um espaço considerável para expor toda a história recente sobre os movimentos feministas ao redor do mundo, tal como viria a se atribuir uma colocação extensa para destacar o trabalho ativista desempenhado por célebres figuras históricas que participaram de forma exaustiva e significativa para a construção de uma ideologia de igualdade e de respeito à mulher; destituindo pormenorizadamente o passado de pleno domínio, de repressão, da ideologia machista, do preconceito institucionalizado do patriarcalismo, do fetichismo sexual; dentre outras práticas e subjetividades que impuseram à mulher censura e dificuldades de expressão (BRUSCHINI, 2007; COSTA, 2005; CARNEIRO, 2003).

Decerto, cabe discorrer que, se hoje se torna possível reconhecer a evolução da presença feminina junto à tomada das decisões que se fazem imprescindíveis para a gestão das relações sociais e para a evolução dos processos de formação histórica da coletividade, cabe ressaltar o sacrifício, as lutas, os discursos e as disparidades que se consolidaram ao longo dos séculos, atingindo maior significância nos últimos 150 anos.

De fato, o êxito feminino e, mais especificamente, do feminismo; consolidaram mudanças significativas principalmente no século XX no que diz respeito do resgaste da

valorização da mulher na sociedade, através de conquistas como o direito ao voto, acesso à educação e ao mercado de trabalho, melhorias na jornada de trabalho e equiparação de remuneração salarial, licença-maternidade, do divórcio, entre outros avanços.

Com relação ao compromisso ético entre aos gêneros e com relação aos grupos que hoje lutam por dignidade social e direito à expressão da sexualidade – por exemplo, com referência à liberdade e respeito pela diversidade sexual, diversos grupos homossexuais se inspiraram nas lutas feministas para hoje incorrerem em iniciativas que induzem ao anseio pelo mesmo desempenho (LANG, 2001, p. 469).

De um lado, após o ano de 1975, apareceram grupos de homens antissexistas que discutiam suas relações com as mulheres, sexuais ou não, e implicitamente afirmavam suas certezas heterossexuais. Esses mesmos homens, alguns anos mais tarde, se definiram na França e na Europa como pró-feministas. O termo pró-feminista foi adotado consensualmente entre os homens e as mulheres presentes no colóquio do GREMF em 1996 no Québec e buscava agrupar esses homens que se denominavam de antissexistas, masculinistas, marcar a solidariedade dos homens com as análises feministas e respeitar a autonomia do movimento das mulheres, deixando a elas a exclusividade do termo *feminista*. Ele marca também uma ruptura importante. Os homens pró-feministas se reconhecem como pessoas construídas socialmente como homens, logo como dominantes em relação às mulheres. Sua existência questiona a capacidade de alianças e de análises comuns entre homens e mulheres, dominantes e dominados. O pró-feminismo europeu problematizou ao mesmo tempo a opressão das mulheres e a alienação dos homens dominantes (LANG, 2001, p. 469).

O contexto do feminismo atingiu proporções e intensidades distintas ao longo do tempo e dos dimensionamentos socioculturais pelos quais foram se alicerçando ao longo do processo de formação histórica da coletividade (ROCHA, 2003; PINTO, 2003).

No Brasil, mesmo que se tenha observado a atuação de algumas figuras históricas que lutaram contra o patriarcalismo preponderante durante os séculos XVIII, XIX e XX – como possível destacar pelos exemplos da escrava Chica da Silva, que se sobrepôs à condição de escrava e as limitações do sistema colonial das Minas Gerais e atingiu sua liberdade e riqueza; Maria Quitéria, a primeira mulher a se inserir na conjuntura das forças armadas brasileiras; e Chiquinha Gonzaga, a compositora que lutou contra o preconceito das elites conservadoras do Rio de Janeiro; Patrícia Galvão, a Pagu, expoente do modernismo e uma das mais atuantes militantes feministas da primeira metade do século XX no Brasil – dentre outras conhecidas e anônimas; tratam-se todas de expressões

individuais, cuja vida e emblemática de valorização à condição da mulher, ainda que tenham destacado um protótipo dos propósitos feministas em terras nacionais, não conseguiram mobilizar reações mais abrangentes e massivas, por terem atingido representações acucadas, o forte preconceito das classes dominantes e o pouco interesse de outras mulheres de sua época virem a motivar a continuidade das atestadas heranças de ativismo, superação e de anseio por melhores condições de vida (VOTRE, 2004).

A enfática feminista no Brasil atingiu forte atuação em um período relativamente recente da História do movimento, tomando-se em consideração o panorama mundial, que, no momento em que o feminismo brasileiro – décadas de 1960, 1970 e 1980, principalmente – respectivamente, organizava seus primeiros passos, atingia profusão e se passara a concretizar no âmbito político nacional, a militância na Europa e nos Estados Unidos já atingia seus primeiros resultados concretos, que viriam a reformular a ordem social que, duas décadas mais tarde, se efetivariam em um contexto que parece inclinar ao controle da mulher (COSTA, 2005; SARTI, 2004).

Diz-se isso, sobretudo, pela qualidade de vida, representatividade política, destaque na economia, na produção intelectual e demais áreas antes dominadas pelo homem e que hoje possuem um maior número de mulheres na liderança, que, associado ao desempenho demográfico mundial que concerne o domínio das mulheres, há de se consolidar uma perspectiva que destaca a imposição de uma “matriarcalidade” sob a ordem nacional (ROCHA, 2009).

No entanto, mesmo com as conquistas adquiridas pela mulher no mundo e no Brasil ao longo das últimas décadas, muito há o que ser feito ou mesmo ser posto em prática, visto a inaplicabilidade de muitas garantias constitucionais em serem transmitidas no contexto real.

Os desafios atuais se demonstram como questões essenciais para debate de gênero, mas que, em pleno século XXI, parecem ser evitadas para que sejam tragas à tona na discussão de um cotidiano sensível não apenas à esfera política, mas desde o âmbito social ou mesmo familiar, sobretudo quando se percebe que a luta pela representatividade do papel da mulher e o feminismo em si ainda são alvos de confusão por parte de um pensamento conservador e machista que se faz preponderante no senso comum e sendo reproduzido inclusive por mulheres nitidamente oprimidas por este mesmo processo, que procuram associar com uma rebelião de ‘machas, feias e mal-amadas’ que relutam em assumir seu papel procriadora, cuidadora do lar e submissa, dentre outros estereótipos que

tentam desqualificar a causa legítima de efetivação de igualdade de gêneros (RAGO, 2012).

O avanço do discurso pró-mulher deve enfrentar não apenas o machismo cultural como problemas estruturais ainda mais complexos e persistentes. No caso brasileiro, por exemplo, vê-se que os avanços obtidos como a maior participação de mulheres no mercado de trabalho – inclusive entre aquelas com maior tempo de formação profissional e acadêmica e ocupando cargos de grande importância – ainda esbarra em índices que apontam que elas recebem menos que os homens com a mesma função e com tempo de formação menor (COSTA, 2008).

O país somente na década passada promulgou uma legislação com a 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que em seu texto original acentua a gravidade de agressões praticadas contra a mulher, mas ainda apresenta estatísticas alarmantes sobre a violência doméstica feminina, sendo que, somente em 2013, 4,8 entre 100 mil mulheres brasileiras foi vítima de feminicídio, muitas das quais acometidas por seu próprio companheiro ou parente (WAISELFISZ, 2015).

Tais contradições apenas fortalecem a continuidade pela maior participação das mulheres não somente na questão de igualdade de gêneros, mas da defesa dos direitos humanos, da efetivação da democracia e da erradicação de formas de opressão. Parte desta luta compete a um maior engajamento feminino no contexto político não apenas pela participação do sufrágio, mas da maior representatividade em questões voltadas à figura da mulher na sociedade.

## **1.2 MULHER E POLÍTICA EM ESTUDOS DE HISTÓRIA: POSIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA.**

Como apontado ao longo do texto, a figura feminina fora submetida, no que condiz ao processo de formação histórica da sociedade brasileira, a um contexto de submissão ao controle patriarcalista, desde os tempos de colônia, passando-se pelo reinado, velha república, até serem alcançados os primeiros anos do século XX (ROCHA, 2009).

Para ter uma compreensão sobre o quão desigual se fazia representar as relações de gênero apresentadas no Brasil ao longo do tempo, somente nas décadas de 1930 e 1940 é que se consegue reconhecer as primeiras participações de mulheres nos processos de

constituição política e de inclusão no sufrágio universal, instituído para a viabilização do sistema democrático (CARNEIRO, 2003).

Até aquele momento, a participação feminina no pleito era exígua, muito embora não houvesse nas constituições promulgadas até a época qualquer determinação de que mulher fosse impedida de participar do processo eleitoral por livre e espontânea vontade. Somente em 24 de fevereiro de 1932, durante o primeiro governo Vargas no regimento provisório nº 21.076, o Código Eleitoral reconheceu o voto feminino, mas ainda de forma parcial, uma vez que a participação de mulheres no pleito era facultativa e atrelada à decisão dos pais, maridos ou entre solteiras que demonstrassem autonomia financeira (BARANOV, 2014).

Tais restrições foram extintas no pleito de 1934, ainda que a lei previsse que a obrigatoriedade de participação de mulheres nas eleições continuasse apenas para os homens, sendo que a universalidade deste dever fosse atribuída 8 anos depois (COSTA, 2005).

O apelo populista da Era Vargas procurava expandir a representação política para um número maior de pessoas, destituindo um dos preceitos fundamentais da ideologia conservadora na República Velha, que procurava manter seu poder através da manutenção de controle de aliados políticos que se mantinham em elites regionais baseadas na cultura do ‘voto de cabresto’ entre as classes sociais oprimidas. A ideia para a abertura do pleito para a participação feminina era a de ajudar a dissolver a manutenção política de grupos que se perpetuavam no poder, que de toda forma contribuiu para o avanço dos direitos da mulher, sacramentando uma saga surgida ainda antes do surgimento da República (BLAY, 2010).

O movimento sufragista feminino no Brasil era uma extensão das reivindicações que surgiram na transição entre os séculos XIX e XX na Europa e nos Estados Unidos, a se contar que também naquelas nações a atuação da mulher no pleito era anulada por lei e sustentada por movimentos conservadores. Estes ideais sufragistas fomentaram o movimento no Brasil nas primeiras décadas do século passado, acompanhando a pauta de reivindicações feministas também inspiradas por movimentos no exterior (BLAY, 2010).

Vê-se que a imposição cultural quanto a negação de mulheres participando do processo eleitoral ou mesmo se candidato a cargos públicos era algo mais abrangente que enquanto restrição legal. Por serem relegadas a um segundo plano na sociedade e no próprio seio familiar, poucas mulheres tinham a iniciativa de insurgirem contra a intolerância da época.

Um destas pioneiras foi a potiguar Celina Guimarães Viana, que em 1928 se valeu da lei nº 660/1927 que previa a participação eleitoral sem distinção de sexo, salientando assim o direito à mulher de exercê-lo, mas que tempos depois fora impugnado pelo Senado à época. Fato semelhante ocorrera naquele mesmo ano e também no Rio Grande do Norte, quando Alzira Soriano de Souza foi eleita prefeita do município de Lajes (BARANOV, 2014).

Como consequência, quase todas as manifestações que pudessem remeter à valorização dos movimentos de mulheres no Brasil sucumbiram mediante a viabilização de políticas institucionalizadas pelo próprio regimento de controle de poder no país, de modo a coibir a efetivação de maiores direitos à participação feminina, tanto quanto em seu contexto familiar, quanto nas demais representações que se faziam imprimir mediante a definição da coletividade (SARTI, 2004).

Coube à Carlota Pereira de Queirós, médica e escritora paulista, ser eleita a primeira deputada federal no país em 1933. Ainda que estas inovações tenham contribuído de forma intensiva no acesso da mulher à cidadania – passando à frente de nações desenvolvidas como França e Suíça (em que as mulheres somente puderam votar, respectivamente, após a II Guerra Mundial e na década de 1970) – ainda hoje a representatividade feminina em termos políticos é pouco atuante em questões que envolvam pautas voltadas para seu próprio público (PINTO, 2010).

Quando se promoviam maiores reações quanto à realidade de opressão e preconceito instituídos pela sociedade em geral contra a efetivação da abrangência de direitos à mulher, rapidamente se processavam as frentes antagônicas do patriarcalismo, muitas das vezes recorrendo ao poder das instituições sociais (Estado e Igreja), por exemplo, para se promover mobilizações ideológicas que desfavoreciam a militância feminista que podia reconhecer, ainda que timidamente, na primeira metade do século passado. Invariavelmente, às mulheres que defendiam a causa do feminismo, incorria-se com celeridade e austeridade por parte das estruturas patriarcais com que repreensões de diversas partes da sociedade brasileira se prontificassem; caracterizando uma espécie de contemporânea “caça às bruxas”, acompanhando-se de práticas e discursos preconceituosos, machistas e por vezes se instituindo que, para uma mulher enfatizar a ideologia feminista, esta devia apresentar distúrbios de comportamento, de insatisfação contra a própria imagem e condição de mulher pretensamente influenciável pela dominação masculina (SARTI, 2004).

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo. Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. Um exemplo tem sido toda a crítica ao modelo de cidadania universal e, conseqüentemente, a contribuição do feminismo na elaboração do moderno conceito (COSTA, 2005, p. 11).

Todavia, em muito mitigada pela mobilização feminista apresentada na Europa e Estados Unidos, principalmente durante a década de 1960 – quando se emanciparam as primeiras reações da causa da mulher contrárias à dominação destas com relação ao patriarcalismo e à relevância capitalista (por exemplo, como destacado pela causa militante das mulheres europeias, principalmente, criticavam duramente a influência do mercado com relação às “ditaduras” da moda e da beleza, buscando impor um padrão estético limitante e alienador), a causa feminista brasileira demandou os primeiros arquétipos de mobilização política e de imposição prática; vindo a se manifestar, mais especificamente, em um período conturbado da recente História brasileira (COSTA, 2005).

Diz-se, mais precisamente, do estabelecimento do Governo Militar e da imposição da censura e do controle social, que invariavelmente demandavam significativas repreensões ao direito das mulheres. Entretanto, mesmo diante de um período crítico, onde todas as classes sociais do Brasil se viam duramente oprimidas pela ditadura dos militares, a militância feminista no país atingiu expressivas repercussões, discorrendo-se, em especial, pela luta dos direitos femininos à liberdade sexual, à conduta pela práxis de controle de natalidade, à anistia de presos políticos, a melhores condições de trabalho; dentre outras significativas reivindicações que, atualmente se prontificam dentro de uma concretude de direitos, mas que à época da opressão política imposta pelo Governo Militar, faziam-se longe de uma maior representatividade (SARTI, 2004).

As conquistas alcançadas pela mulher brasileira se correspondem como a consolidação de décadas de lutas por garantias sociais. No entanto, cita-se que ainda há um caminho muito longo para a ampliação dos direitos da mulher e da efetivação prática destes, ou seja, para que se façam valer além do texto constitucional (COSTA, 2005).

Em contrapartida, a luta pelos direitos femininos no Brasil atingiu os primeiros êxitos ainda durante o militarismo político, com se faz reconhecer pelo direito ao divórcio, instituindo em 1979. O discurso ativista apresentado pelas feministas, todavia, atingiu

maior respaldo durante as lutas pela redemocratização; sendo eficientes para a incorporação das massas populares insatisfeitas com o Governo Militar.

Em verdade, nesta época, mais precisamente em meados de década de 1980, o discurso feminista atingiu sua maior representatividade na vida política e social brasileiras; tal como vieram a se concretizar os seus primeiros êxitos, devidamente atestados pela promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, onde a difusão dos direitos humanos atestou, de forma ampla e significativa, a instituição dos valores elementares para aferir qualidade de vida e de expressão às mulheres do país (SARTI, 2004).

Hoje, apesar dos nítidos avanços nos direitos e representatividade da mulher, a questão no Brasil ainda enfrenta impasses. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral com base em levantamento de 2014, dos mais de 142,8 milhões de brasileiros que deveriam votar nas eleições daquele ano, mais de 74,5 milhões eram compostos por mulheres, ou seja, 52,13% de todo o eleitorado ativo. Apesar de constituírem a maior parte do eleitorado, apenas 13% dos cargos eletivos no país é ocupado por mulheres (TSE, 2015)

Por essa razão que se torna interessante ampliar o discurso sobre a participação política da mulher e a abertura deste espaço na mobilização em termos de representatividade e engajamento a pautas sobre cidadania feminina, mais precisamente no município de Cametá, no estado do Pará, onde foi centrado este estudo, na perspectiva de compreender de que forma se dava as participações das mulheres nas eleições deste município no período de 1940-1980, buscando entender os papéis femininos na construção do cenário político local, identificando e traçando o perfil das mulheres que participaram das eleições, e como se associavam aos acordos políticos partidários.

## **CAPITULO II**

### **A INSERÇÃO FEMININA NA POLITICA DE CAMETÁ**



**Figura 04:** Mapa de Localização do Município de Cametá no Pará. O município de Cametá está localizado às margens do Rio Tocantins, por cerca de 3 km de extensão, a cidade de Cametá limita-se ao norte com o município Limoeiro do Ajurú, ao sul com Mocajuba, ao leste com Igarapé Mirim e ao oeste com Oeiras do: Distancia de 150 km em linha reta da capital paraense  
Fonte:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=7988>

..

## 2.1 AS MULHERES EM REGISTRO.

Através das pesquisas feitas em busca de alguns registros a respeito da história de Cametá percebemos que foi a partir de 1848, que a mesma obteve os foros de cidade, pois já era comarca desde 30 de abril de 1841. Conforme afirma Pompeu (2012), o progresso de Cametá nesse período era visível, grandes acontecimentos foram feitos para melhorar a salubridade do local. Deste modo, são constituídas galerias pluviais e o cais de arrimo, assim como algumas ruas recebem calçamento em pedra portuguesa. O progresso só é barrado pela cólera Morbus que dizimou milhares de vidas, reduzindo visivelmente a população do município (POMPEU, 2012).

Pompeu (2012) menciona que o itinerário da viagem Exploradora e colonizadora do Tocantins, em 1849, era comandada pelo Tenente Coronel João Roberto Ayres Carneiro, conforme consta no tomo sétimo do Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará de 1910. O diário de viagem descreve com vastíssima riqueza de detalhes, sobre o processo de urbanização de Cametá:

““ No dia 29 do mes de julho -(...). Durante a minha residência na cidade de Cametá, a pedido da Câmara Municipal d'ella, demarqueei uma bela e grande praça com a denominação de - Praça Municipal, e bem assim 3 excellentes ruas, duas travessas e huma parallela ao rio, tudo em lugares por mim escolhidos :tão bem dei o plano para a edificação do Paço respectivo,que foi aprovado,e logo cuidou a Câmara em comprar os materiais precizos para dar começo a obra'. Ao fazermos a análise do relato de João Ayres Carneiro constatamos que: A Praça Municipal é. Atualmente a Praça Deodoro da Fonseca ,as três excelentes ruas a que ele se refere são as ruas Coronel Raimundo Leão na porção sul e Cipriano Santos na porção norte, a segunda é a 23 de novembro na porção sul e Jeremias Rodrigues na porção norte, a última seria a Barão de Cametá hoje Avenida Adilson Machado. As duas travessas poderiam ser as travessas D. Romualdo Coelho e Floriano Peixoto. A rua paralela ao rio, certamente é a Conego Siqueira. O Paço Municipal é a atual sede da prefeitura Municipal de Cametá””. (POMPEU 2012).

Nessa perspectiva, conhecendo todo esse processo histórico no que tange a urbanização da cidade de Cametá, percebemos pouca ou quase nenhuma participação feminina em tal processo tanto que se formos analisar os nomes das ruas ou dos prédios públicos quase nenhum possui o nome de mulher.

Dessa forma, a partir do Século XX, já foi visível mesmo que de maneira pouco significativa a participação feminina no processo histórico de Cametá. Segundo relatos do senhor Flavio Gaia, em 1929 é criado o "Externato Cordeiro" pelo senhor Raimundo

Cordeiro, pai da professora Maria Cordeiro, e esta ficou responsável pelo mesmo durante os anos trinta e quarenta, período em que conseguiu um número expressivo de alunos. Em 1953, por ter mais de 100 alunos este espaço educacional passa a ser denominado de *Internato Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. “Nesse viés a histórica começa a mostrar a mulher no cenário de construção social da cidade de Cameté.”

Depois de todas as transformações ocorridas em Cameté, como afirmam Amorim e Lisboa (2002), faltava, “ porém um educandário de luz através do qual pudessem transformar o sistema educacional vigente, pois a 60 anos atrás, a educação baseava -se no ‘ler, escrever e contar histórias’”:

“Penafort, relata que: ‘após o quarto ou quinto ano elementar os filhos da terra iam pra Capital estudar no Santa Rosa, Colégio do Carmo, Salesiano, Colégio Nazaré e depois Europa’” .(AMORIM e LISBOA, 2002).

Com a chegada do padre Pedro Hermans, foi realizado um dos mais ousados projetos a nível educacional, a construção de um Colégio Vicentino. Para tanto, criaram-se Comissões Pró-Colégio para atuar em Cameté e em Belém. Foi criado também uma comissão feminina para atuar dentro da cidade, esta teve papel primordial, pois as mulheres conseguiam ânus com a "Campanha de Luz", organizando quermesses, arrecadando joias e vendendo mingaus, na Praça da Igreja Matriz. Sem o apoio de político da época, o povo soube, no entanto ser solidário à causa da construção de um belo santuário educacional vicentino, que foi fundado em 15 de fevereiro de 1942, onde inicialmente se ofertou o Curso Primário pela manhã, e o Curso Normal a Tarde, sendo que para o curso normal os alunos deveriam se submeter a um exame de Admissão (AMORIM e LISBOA, 2002).

Fazem parte do cenário cametaense no período da pesquisa, muitas construções, umas não resistiram ao tempo, outras sobrevivem até hoje, como é o caso da Catedral de São João Batista, construída em 1757; a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, construída em 1821; a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja construção demarca a data 1870; a Igreja São Benedito, construída em 1870, que passou por reformas em 1943; a Capela de Bom Jesus, de 1825. Além da residência da família Peres, construída em 1870; a residência da família Lisboa, construída no início do século XIX , esta já não existe mais, foi demolida. Havia também um conjunto de casas na Rua Rui Barbosa, que foram construídas no século XIX, no final de 1920, estas serviram de moradia a famílias de

Cametá, como: a do Intendente Henrique Coutinho e a do Cônego Lobato. A partir de meados da década de 1970, também serviu de residência da família Barros .(COELHO, 2012).

Da mesma forma, a residência dos Furtados, Palacete construído na segunda metade do século XIX, década de 1870, denominado Solar da Fátima Braga foi vendido. O Palacete dos Mendonça, construído no início do século XX, a residência dos Moreiras, construída no século XIX, foi reformada em 1932; o Casarão de Antônio Joaquim de Barros, que data do século XIX, foi vendida em 1950; a residência da família Gaia, com construção datada do início do século XX, nesta, em 1970, funcionava a lavanderia Tocantins, na década de 1980 era o badalado Cerpa Bar e hoje abriga o exótico Bar do Gato. Há ainda o prédio onde funcionava a antiga usina de energia, onde atualmente funciona o Museu Histórico de Cametá (COELHO, 2012).

Na área da educação o espaço urbano de Cametá era constituído da seguinte maneira: depois da escola D. Romualdo de Seixas, do Internato Cordeiro e do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, nos anos de 1960, havia o Ginásio Estadual Alacid Nunes, que teve uma mulher como diretora, em 1973 a professora Maria Nadir Filgueira, conforme se pode verificar a partir da imagem de uma ata da Câmara Municipal.

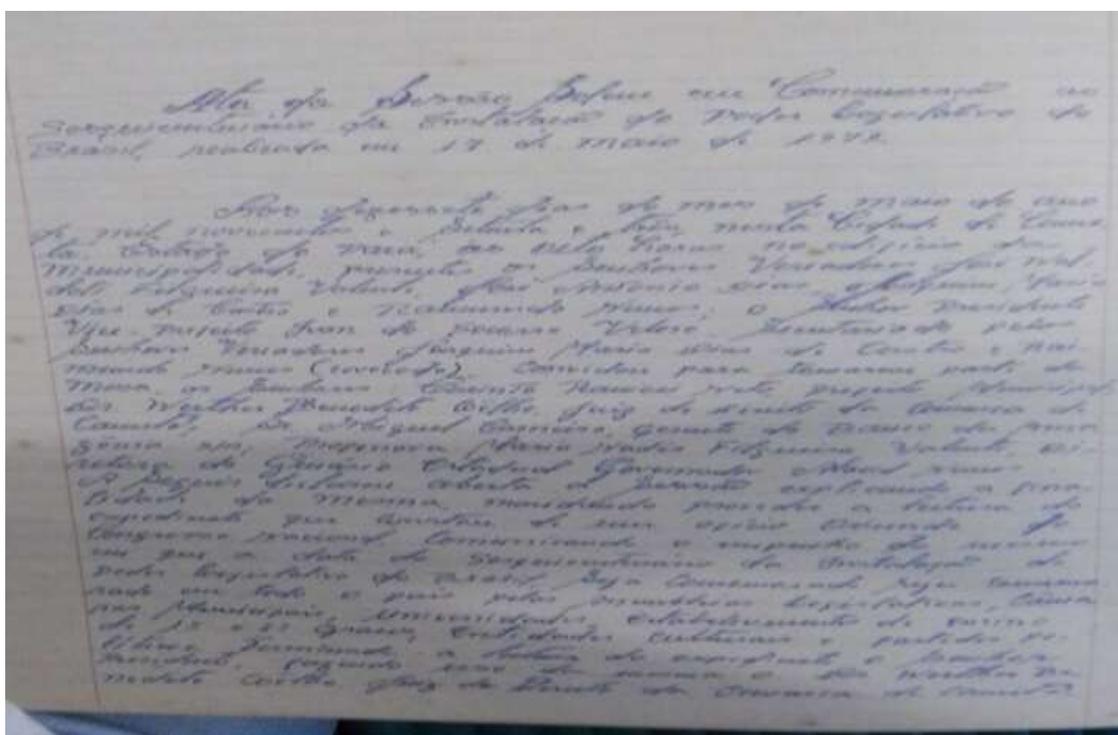


Figura 05: Imagem da Ata da Câmara Municipal de Cametá, sessão de 17 de maio de 1973 . Fonte Câmara Municipal de Cametá.

A escola Estadual General Osório, foi construída na década de 70, assim como, a biblioteca pública do município de Cameté. Nos anos 80 foram construídos o Centro Integrado de Formação Profissional de Cameté e a Escola Municipal São João Batista. Na década de 1990 foi construída a trilha da juventude, o Fórum e a Quadra Municipal, esta foi a última das obras naquele largo, que já foi transformado em um moderno ginásio poliesportivo. Aliás, desde antes da existência do SENAI, na altura do bloco principal, existiu nos anos 80 uma quadra Municipal. Nesse largo também existia uma porção de terra que cedeu lugar ao Estádio Getúlio Vargas, isso por ocasião da terceira República ou Estado Novo. Nos anos 80 foram construídos o Tiro de Guerra e as Escolas Municipais Leonice Leão e Malvina Muniz (POMPEU, 2012).

Diante dessa análise, que destaca construções de moradias e prédios públicos em Cameté, busca-se entender a partir de que período houve a inserção das mulheres Cametaenses na política local.

A participação feminina na política brasileira tem uma grande significância nos tempos atuais, a ponto de uma mulher ter chegado ao cargo mais elevado da hierarquia a Presidência da República pelo voto direto, Dilma Rousseff (2010-2018). No entanto, a mulher ainda sofre preconceito por estar em um ambiente dominado por homens por muito tempo. Nesse capítulo iremos trabalhar a atuação da mulher na política cametaense, trazendo as figuras femininas que atuaram entre as décadas de 1940 à 1980 observando suas trajetórias e identificando seus embates na mesma.

Como proposto no trabalho, estudamos a presença da mulher na política cametaense, durante o período de 1940 à 1980, o período parece longo em um primeiro olhar, pois se tratam de quatro décadas, um tempo consideravelmente longo, o que podemos nos perguntar nesse momento é se não se trata de uma análise muito densa já que trabalhamos várias eleições que tem um número significativo de candidatos e dentro desses poderia ter um número grande de candidatas mulheres, e essa é justamente a questão, poderia, mas não temos. E foi para tentar compreender essa “ausência” relatada no histórico da cidade de Cameté que direcionamos este estudo.

Mas antes de apresentar as figuras, faz-se necessário pontuarmos algumas observações. Primeiro que a pesquisa iniciou a partir de vestígios encontrados que demarcam o ano de 1947, quando aparece a primeira figura feminina como candidata a vereadora, lançada pelo Partido Social Democrata (PSD), Maria Cordeiro de Castro, foi eleita pelo voto direto.

Carneiro afirma que, nas eleições pós Estado Novo, e com a conquista feminina pelo voto muito recente, é apenas entre as décadas de 1930 e 1940, que se consegue reconhecer as primeiras participações de mulheres nos processos de constituição política e de inclusão no sufrágio universal, instituído para a viabilização do sistema democrático (CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, Maria Cordeiro de Castro, além de estar em um meio dominado por homens expostas a todos os tipos de preconceitos também tem a responsabilidade de se posicionar perante a sociedade como mulher candidata e posteriormente vereadora, situação que não era comum no período, e que as pessoas não estavam acostumadas a ver, exatamente pelo fato da mulher ser excluída desse meio até muito recentemente.



Fotografia 01: *Professora Maria Cordeiro de Castro*, na Câmara Municipal de Cametá. Fonte: Arquivo Pessoal de Flavio Gaia.

Dessa forma, trabalhar esses primeiros anos de representatividade feminina na política em Cametá se tornou mais delicado ainda. Pois, tem-se consciência que o preconceito não parte apenas dos candidatos ou eleitores homens, mas também de uma parcela muito maior que abrangem as mulheres, até as próprias candidatas, pois a cultura masculina na política estava e ainda está encravada nas mentalidades da época.

Em 1933 após a conquista do voto nacional feminino no ano anterior, Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira Deputada Federal Brasileira. Em 1934 a professora Antonieta de Barros foi eleita para a Assembleia de Santa Catarina, se tornando assim a primeira parlamentar negra da História do Brasil. Algumas décadas depois, em 1979, Eunice Michiles se torna a primeira Senadora do Brasil. Em 1982, Esther de Figueiredo se torna a primeira ministra do Brasil. No ano de 1989 ocorre a primeira candidatura de uma mulher para Presidência da República, Maria Pio de Abreu pelo PN (Partido Nacional). Já em 1995 tivemos a primeira Governadora Brasileira, Roseana Sarney. E em 2010, uma mulher a ocupar o cargo de Presidência da República, Dilma Rousseff, chegando se reeleger em 2014 para assumir mais quatro anos de governo.<sup>4</sup>

Essas pontuações se fazem necessárias para visualizarmos o quanto esse processo de alcance de cargos público na política brasileira acontece de forma lenta, apesar dos constantes movimentos de lutas e conquistas de direitos, e de valores no qual a mulher se torna cada vez mais presente em diversos setores da sociedade.

Contudo, no campo político, apesar das campanhas que dão uma visão de ocupação feminina nos cargos políticos, esse processo ainda é muito lento. Em alguns casos, como o exemplo da cidade de Cametá, é quase inexistente. Por isso, o estudo da mulher dentro do quadro político Cametaense em comparação com o quadro mais abrangente em nível nacional se torna importante para pensarmos na mulher e suas conquistas, e principalmente como essas conquistas ainda são coagidas mesmo existindo em direito, mas na prática não ocorrem. No caso específico de eleições, nos nossos estudos em Cametá apontamos o preconceito generalizado por grande parte da população, com difícil aceitação de figuras femininas que tenham representatividade política. Por outro lado, deve-se levar em consideração a partir do estudo feito é que a mulher atualmente não se faz presente exercendo nenhum cargo político como, por exemplo, vereadora.

No percurso da pesquisa tentamos identificar mulheres que atuaram de diferentes formas no cenário político. Observa-se que atuaram ou atuam em segundo plano, mas desenvolvem papel de fundamental importância nos processos políticos, até mesmo nas candidaturas e eleições de muitos candidatos. Elas participam muito dos processos políticos, mas suas presenças acabam sendo usurpadas pela figura masculina, que já se faz presente na política desde tempos remotos, muito antes da conquista do voto nacional feminino.

---

<sup>4</sup> [http://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres\\_politica.htm](http://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres_politica.htm)

Conquistas como esta são resultantes de lutas, que mesmo não tomando a visibilidade esperada foi importante para inserção feminina na política brasileira. Neste sentido, se faz importante destacar que em 1880, ainda no Império, a Dentista Isabel de Mattos Dillon evocou na Justiça a Lei Saraiva, que permitia aos detentores de títulos políticos a votar, para requerer seu alistamento eleitoral.<sup>5</sup>

Considerando que a Constituição de 1891 era omissa quanto ao voto feminino, requereu alistamento eleitoral e teve seu pedido negado. Reagiu reunindo-se a dezenas de colaboradoras, a maior parte delas professoras também, para formar uma associação civil denominada Partido Republicano Feminino ([Http://matriamulheres.blogspot.com.br/2016/02/conquista-do-votofeminino-no-brasil.html](http://matriamulheres.blogspot.com.br/2016/02/conquista-do-votofeminino-no-brasil.html))

Em 1928, Alzira Soriano de Souza é eleita à primeira prefeita mulher brasileira na cidade de Lages no Rio Grande do Norte. Esses casos só fortificam que mesmo antes da conquista do voto nacional as mulheres já vinham conquistando espaços dentro de cenários políticos mais restritos (<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>).

Não restam dúvidas, conforme afirma Marilene Berti (2015), na política,

Ainda há pouco espaço de participação das mulheres. Embora os homens ocupem a maioria dos espaços políticos, isso vem mudando, e a participação política das mulheres é prova disso, seja como eleitoras (desde a década de 1930), seja como candidatas a cargos públicos. Entretanto, tal mudança ocorre a passos lentos, de forma tímida, a presença cada vez maior de candidatas é algo fundamental para o fortalecimento da democracia; afinal, a representatividade feminina é extremamente necessária quando se pensa nas lutas pelos direitos das mulheres em um contexto no qual, como se sabe, ainda há muito preconceito, exclusão e violência contra elas (BERTI, 2015)

---

5 Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, cujo redator final foi o Deputado Geral Rui Barbosa, conhecido como "Lei Saraiva" devido à homenagem prestada a Antônio Saraiva, Ministro do Império, responsável pela primeira reforma eleitoral do Brasil. O decreto em questão instituiu, pela primeira vez, o "Título de Eleitor", proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juizes de paz. Estabelecendo ainda que imigrantes de outras nações, em particular a elite de comerciantes e pequenos industriais, e os não católicos (religião oficial do Império) poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis (<http://jus.com.br/artigos/3468>; <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/t>).

## 2.2 OS PROCESSOS ELEITORAIS E AS MULHERES.

Diante dos pressupostos verificamos que as mulheres cametaenses não ficaram ausentes destas lutas, elas se fizeram representantes em busca dos direitos das mulheres nos mais diferentes espaços sociais. Nessa perspectiva, destacam-se seis figuras femininas que atuaram tanto de forma direta, como candidatas a cargos políticos; quanto de forma indireta, como as mulheres esposas ou companheiras de Candidatos, e as que exerceram a função de cabo-eleitoral.

Das que atuaram de forma direta na política cametaense, destaca-se a Senhora Maria Cordeiro de Castro, primeira e única mulher eleita pelo voto direto, nas eleições de 1947, ao cargo de vereadora do município de Cametá, tomando posse no ano de 1948. A presença desta mulher no cenário político deste município está registrada, tanto nas atas de seções na Câmara Municipal de Cametá, quanto nas lembranças das pessoas entrevistadas no transcorrer da pesquisa, como por exemplo, do senhor João Maria Monteiro Redig, ex- vereador e amigo de Maria Cordeiro, e da senhora Raimunda Célia Costa Pinheiro, que viveu com dona Maria desde os oito anos de idade, e cuidou dela durante a velhice até o dia que sua irmã Silvia Cordeiro de Castro levou-a para Belém.



**Figura 06:** Imagem do diploma de vereadora de Maria Cordeiro. Fonte Museu Histórico Raimundo Penfort de Sena.

Maria Cordeiro nasceu na cidade de Cametá, em 05 de setembro de 1905 e faleceu em 25 de outubro de 1995, filha da senhora Ana Cordeiro de Castro e do senhor Raimundo Cordeiro, era professora e lecionou na Escola Dom Romualdo de Seixas e no Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA). Muito atuante na comunidade, participava da coordenação da festividade de São João Batista, nunca casou e nem teve filhos. Dona Raimunda Célia ao se referir a respeito do assunto afirma:

“Ela nunca casou minha filha, pois falava que homem era “bicho feio, na época eu não sabia o que isso queria dizer, hoje eu entendo” (Fala de Raimunda Célia Costa Pinheiro, moradora da cidade de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016)

Por ser uma pessoa que buscava a melhoria da população e ser muito querida por todos, conforme conta dona Raimunda Célia Pinheiro, resolveu se candidatar a vereadora, em 1947:

“Ela era uma grande mulher, e muito querida por todos, pois ajudava muitas pessoas tanto na cidade como do interior e isso fez com que os políticos da época procurassem trazê-la para o lado deles” (Fala de dona Raimunda Célia Costa Pinheiro, moradora da cidade de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016)

A fala de dona Raimunda Pinheiro revela que devido Maria Cordeiro ser uma pessoa muito querida pela população de Cametá instigou políticos da época a convidá-la para fazer parte de seus partidos políticos. O carisma de Maria Cordeiro também é percebido na fala do senhor João Maria Redig, que ao ser perguntado se lembrava de alguma mulher que tinha se destacado na política cametaense, respondeu:

“Sim eu conhecia a professora Maria Cordeiro de Castro, uma mulher muito honrada que participou ativamente da política do nosso município... conheci também sua mãe uma mulher muito bondosa e carinhosa com as pessoas, pois quando participávamos da organização da festividade de São João Batista pude perceber isso.” (Fala do senhor João Maria Redig, morador de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016).

A bondade e a caridade são virtudes com as quais os entrevistados caracterizam Maria Cordeiro e que servia de aproximação da população cametaense, de seus futuros eleitores. Sua participação na Igreja Católica se dava principalmente na organização da festividade de São João Batista, padroeiro do Município de Cametá, também é muito importante nos

eu envolvimento político devido a aceitação da população nesse momento. Visto que a religiosidade sempre foi tomada como característica positiva para as mulheres, e a atuação de Maria Cordeiro junto à Igreja lhe dava visibilidade e aceite do eleitorado cametaense.

Motivos pelo qual Maria Cordeiro teria sido convidada pelo então deputado Nelson Parijós a participar como candidata das eleições de 1947, conforme conta o senhor João Maria Redig:

“A professora Maria Cordeiro era muito querida e como tinha uma relação muito próxima com o deputado Nelson Parijós, filho da terra, ele ideou de lança-la como candidata nas eleições de 1947 pelo Partido Social Democrata (PSD), que nesse período dominava o Brasil. No Pará pela figura do General Magalhães Barata e em Cametá pelo deputado Nelson Parijós. Ela acabou se elegendo e se tornou a primeira mulher a ingressar na política do município” (Fala de João Maria Redig, morador de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016)

Através desta fala do senhor João Redig observa-se que Maria Cordeira entra na política como candidata pelo PSD (Partido Social Democrata). Este mesmo entrevistado narra como as pessoas viam esta mulher como vereadora, ou seja, entrando em um universo masculino, já que neste período este fato era uma novidade para a população, que havia elegido uma mulher como representante na Câmara Municipal.

“Uma parte da sociedade a descriminava inclusive achavam que ela nem deveria se candidatar, inclusive muitas mulheres da época achavam que ela não devia se meter, por outro lado existiam pessoas que apoiava ela” (Fala de João Maria Redig, morador de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016).

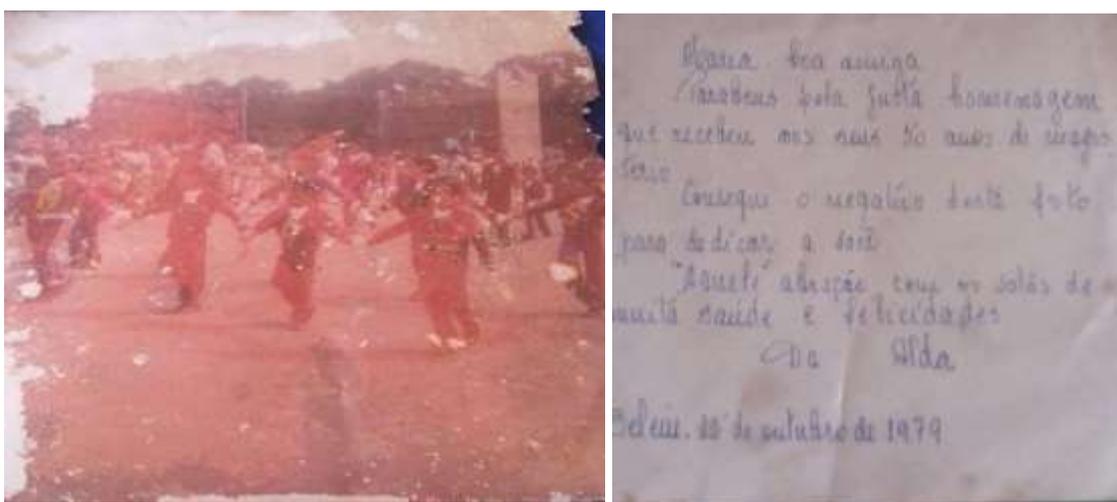
Senhor João Redig deixa bem claro que havia preconceito por parte de uma parcela da população, tanto masculina, quanto feminina, que “*achavam que ela não devia se meter*”. Dona Raimunda Celia, afirma que Maria Cordeiro “se meteu em coisa de homem”, qualifica a Câmara Municipal de Cametá como lugar de homem, assim como, a política era um espaço de predominância masculina no município de Cametá.

“Ela foi vereadora por um único mandato e não quis se candidatar mais, por que sofreu muito preconceito tanto da sociedade, onde as mulheres se afastaram dela porque achava que ela não devia tá naquele meio, quanto no meio político, onde muitos candidatos eram contra sua participação” (Fala de dona Raimunda Célia Costa Pinheiro, moradora da cidade de Cametá, entrevista realizada no ano de 2016)

Por outro lado, a sua condição de política e vereadora, não foi empecilho para profe

ssora Maria Cordeiro continuar com seus projetos pela educação. Pelo contrário, passou a acumular as duas funções, de professora e vereadora. Mas devido o preconceito que enfrentou, conforme relatos de dona Raimunda Célia Pinheiro, foi vereadora por apenas um mandato, depois Maria Cordeiro passou se dedicar exclusivamente ao trabalho educacional, como professora no Externato Cordeiro, que foi fundado por seu pai, que posteriormente foi elevado a categoria de Instituto Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Neste local continuou sendo procurada por muitos de seus eleitores em busca de ajuda, embora ela não estivesse mais ligada a Câmara Municipal do município de Cameté.

O reconhecimento e admiração por parte da população à Professora Maria Cordeiro de Castro ultrapassa a vida política, refletido nas homenagens que a mesma recebeu durante sua vida e o reconhecimento já após a sua morte. Abaixo trazemos um exemplo dessa homenagem.

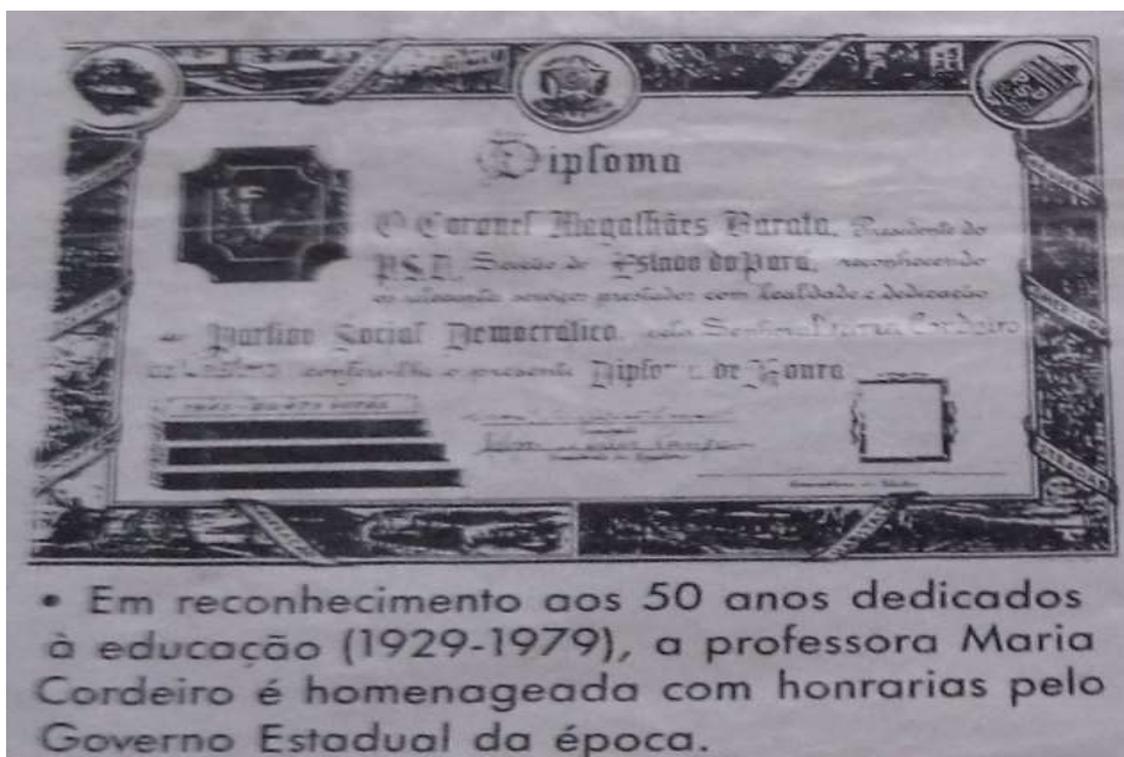


**Fotografia 02:** Imagem e Bilhete destinado a Professora Maria Cordeiro no ano de 1979. Fonte arquivo pessoal de Raimunda Célia Costa.

Esse bilhete segundo dona Raimunda Célia Costa foi destinado à professora Maria Cordeiro pela mãe de um de seus alunos para parabenizá-la pelos seus 50 anos atuando em prol da educação cametaense, que tinha sido motivo de homenagem pelo Governo do Estado com o Coronel Magalhães Barata à frente. O bilhete foi escrito no verso de uma fotografia de um dos desfiles das comemorações de 07 de setembro, o ano do desfile não foi identificado, só foi informado que pertencia ao externato Cordeiro, onde a professora Maria Cordeiro lecionou.

A imagem do diploma de homenagem recebido pela Professora Maria Cordeiro, po

de ser consultado no Museu Histórico Raimundo Penafort de Sena na cidade de Cametá, el e demonstra além do reconhecimento pela atuação de professora à proximidade de Maria co rdeiro com o governo do estado, pois mesmo com grande atuação em políticas e educação esse tipo de homenagem não se destinava a qualquer figura.



**Figura 07:** Diploma de homenagem á professora Maria Cordeiro de castro pelo Governo do Estado. (Fonte: Museu Antônio Penafor Cametá/PA).

Entre as muitas homenagens que a professora Maria Cordeiro recebeu podemos citar o uso de seu nome na Escola de 1º Grau Professora Maria Cordeiro de Castro, onde atualmente está localizada a Universidade Federal do Pará/ Campus Cametá, que foi doado pelo prefeito da época, no processo de interiorização da universidade. Sendo importante destacar que essa homenagem foi feita quando ela ainda era viva. Na mesma universidade no processo de ampliação do campus, o prédio onde funciona a parte administrativa também recebeu seu nome.

Na estrada da vacaria comunidade que fica próximo a sede do município, a professora Maria Cordeiro também recebeu uma Justa homenagem, pois a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Cordeiro de Castro rende homenagem a mesma, só ressaltando que essa homenagem ocorreu postumamente.

Abaixo trazemos uma das poucas fotografias da professora Maria Cordeiro na qual estar em uma missa na Igreja de São João Batista na cidade de Cametá, não foi possível identificar o ano, mas é possível perceber que na mesma a professora Maria Cordeiro já está em seus anos de velhice.



**Fotografia 3:** *Professora Maria Cordeiro de Castro*, Em uma das missas na Igreja de São João Batista da qual era muito devota. Fonte: Arquivo Pessoal Dona Raimunda Celia Costa Ribeiro.

Outra mulher que se destacou na política cametaense foi Maria Alves Pinheiro, Dona Maria, popularmente conhecida por Maria Progênio, (seu nome de solteira) nasceu na vila do Mupi, no município de Cametá/ PA, no dia 19 de Abril de 1935. Filha de dona Maria Progênio Alves e do Sr. Silvio Xavier Alves foi casada com o Sr. Miguel Pinheiro com o qual teve oito filhos sendo quatro mulheres Maria Iracilda (enfermeira), Maria de Nazaré (T

écnica de saúde), Graciete Pinheiro (Nutricionista) e Márcia Helena Pedagoga. E quatro homens, Reginaldo Pinheiro (Comerciante), Miguel Pinheiro (Delegado), José Pinheiro (Professor) e Isaias já falecido em 1995. Maria Alves Pinheiro veio a falecer no ano de 2015.



**Fotografia 04:** Professora Maria Alves Pinheiro, Na vila do Carapajó junto de sua Família. Fonte: Arquivo Pessoal Marcia Helena.

Maria Alves Pinheiro Segundo conta sua filha, Márcia Helena, após a morte de sua mãe proveniente de parto complicado, decidiu estudar para realizar partos para não permitir mortes de mulheres que iam dar à luz, como ocorreu com sua mãe. Assim, aos 16 anos de idade, em 1951, foi morar na cidade de Cametá na casa de um tio, iniciando seus estudos na Escola Dom Romualdo de Seixas. No ano seguinte, em 1952, após conhecer a irmã Marta Vicentina, Maria Progênio ingressa na Congregação das Irmãs que trabalhavam no Educandário Eunice Weaver e passa a morar no mesmo na cidade de Belém do Pará, onde cuidava de aproximadamente 200 crianças filhos de leprosos. Conciliando os trabalhos neste Educandário com os estudos do Curso Técnico em Enfermagem que fazia na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, também localizado na cidade de Belém do Pará. Alguns anos depois passou a morar no Dispensário São Vicente de Paula na cidade de Belém, para só então regressar para a casa do seu pai Silvio Xavier Alves.



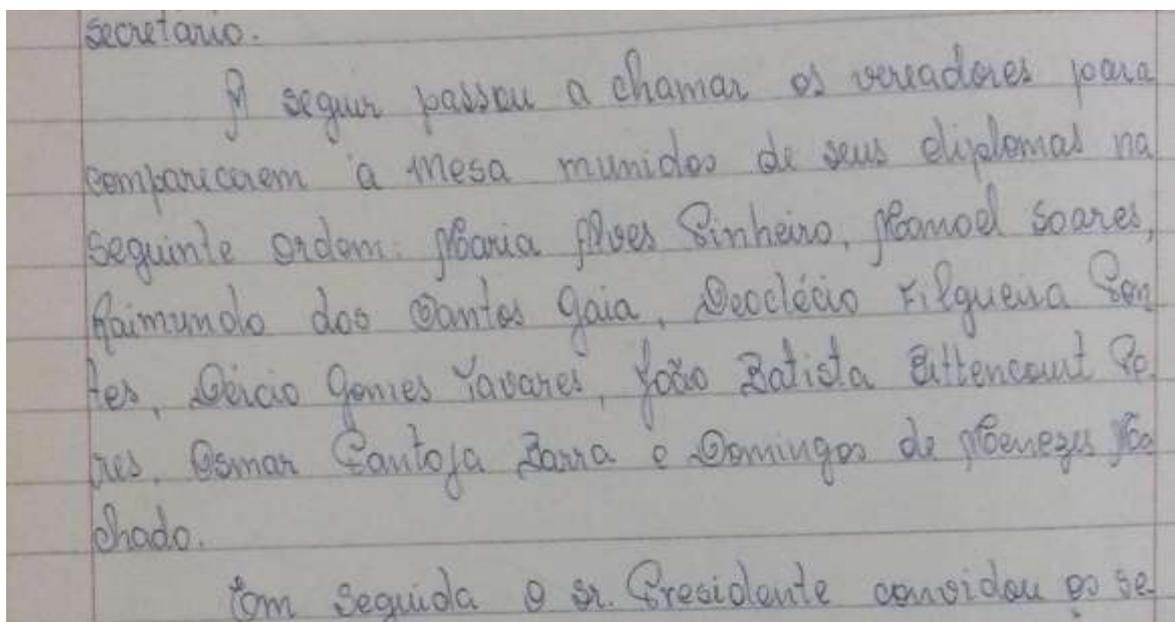
**Fotografia 05:** Professora Maria Progênio no Educandário Weaver, com uma das crianças que cuidava.  
Fonte: Arquivo Pessoal de Márcia Helena.

Já na década de 60 passou a morar na vila do Carapajó, distrito de Cametá/PA, juntamente com o esposo, Miguel Pinheiro e seus oito filhos que viria a ter, nesta vila, assumiu o cargo de Enfermeira chefe da unidade de saúde que ali existia. Atuou também como professora, na Escola Presidente Eurico Gaspar Dutra, situado na Vila de Carapajo. Não tendo formação para atuar na área, algum tempo depois formou-se professora normalista conseguindo assim o magistério através do Projeto Madureza que foi promovido pelo Governo do Estado na época Alacid Nunes, para qualificar os professores sem formação, que funcionou na cidade de Cametá, na Escola D. Romualdo de Seixas, posteriormente se tornou diretora.

Por ser atuante nas ações da comunidade onde vivia e se mostrar disponível para ajudar a população, se tornou muito querida e respeitada, logo chamou a atenção dos políticos locais. Por Desenvolver trabalhos juntos aos jovens da Igreja católica da qual era muito devota, e da Escola Presidente Eurico Gaspar Dutra, além do seu total

comprometimento com situação da saúde da população local, preenchia todos os requisitos exigidos pelos partidos políticos cametaenses para se candidatar vereadora pela vila de Carapajó. E, assim, se lançou como candidata a vereadora pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no pleito eleitoral do ano de 1976. Não chegou a se eleger, apesar de ter tido uma boa votação (630 votos) o que lhe garantiu ficar como primeira suplente de sua legenda partidária. No ano de 1977, na cerimônia de posse dos vereadores eleitos no pleito 1976 dona Maria Alves é empossada como vereadora, com a saída de algum candidato antes mesmo da posse, ( não foi possível identificar o mesmo).

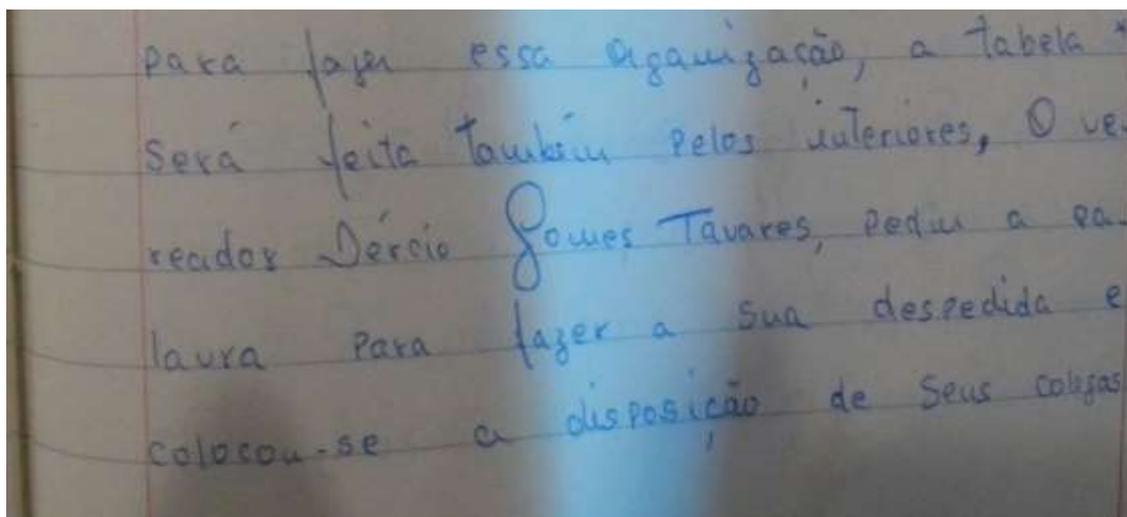
Abaixo temos a chamada dos vereadores da secção de 1º de fevereiro de 1977, na qual podemos identificar o nome de dona Maria Alves Pinheiro.



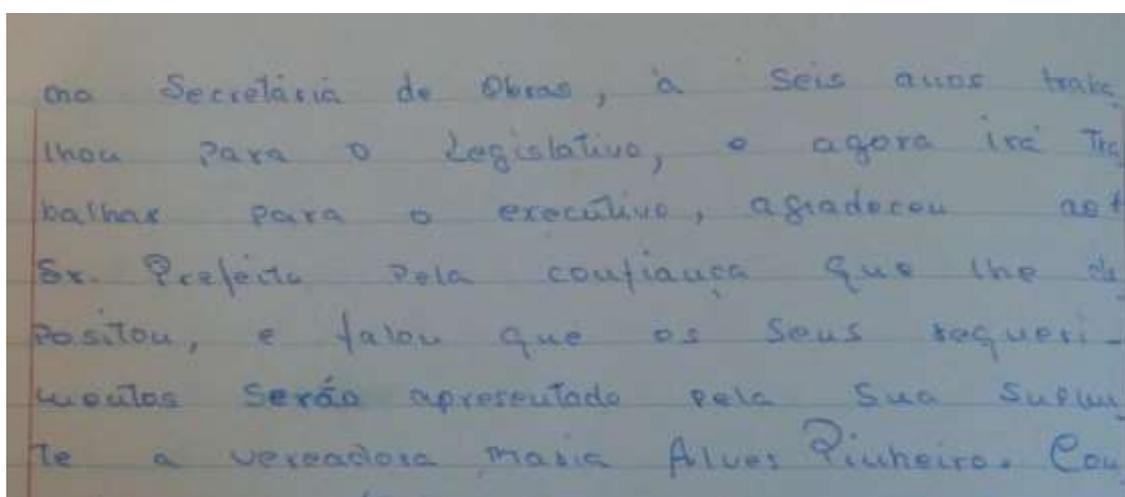
secretario.  
A seguir passou a chamar os vereadores para  
comparecerem a mesa munidos de seus diplomas na  
seguinte ordem: Maria Alves Pinheiro, Manoel Soares,  
Afrânio dos Santos Gaia, Domicílio Filgueira Santos,  
Dércio Gomes Tavares, João Batista Bittencourt Pe-  
reira, Osmar Santoja Terra e Domingos de Menezes Ma-  
chado.  
Em seguida o sr. Presidente convidou os se-

**Figura 08:** Trecho da ata da secção de 1º de fevereiro de 1977. Fonte: atas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Cameté/PA)

Depois de assumir o cargo de vereadora em 1977, Maria Alves ficou atuando na câmara municipal até o ano de 1982, quando ocorreram novas eleições na qual tornou a concorrer ao cargo de vereadora, novamente não se elegeu e pela segunda vez torna-se suplente. Dessa vez do vereador Dércio Tavares que saiu para assumir a secretaria de obras em 1983, logo após sua posse, sendo assim dona Maria Alves retorna a câmara municipal de Cameté em 1983 na qual permanecerá até o ano de 1988.



Para fazer essa organização, a tabela  
será feita também pelos interiores, O ve-  
reador Dércio Gomes Tavares, pediu a sa-  
lva para fazer a sua despedida e  
colocou-se a disposição de seus colegas



na Secretaria de Obras, à seis anos traba-  
lhou para o Legislativo, e agora irá tra-  
balhar para o executivo, agradeceu ao  
Sr. Prefeito pela confiança que lhe dis-  
pôs, e falou que os seus requeri-  
mentos serão apresentados pela sua suplente  
a vereadora Maria Alves Pinheiro. Cou-

**Figura 09:** Trechos da secção de 1983. Fonte: Atas da Câmara Municipal de Cametá/PA.

Nas imagens acima da secção de 1983, trazemos o trecho em que aparece a despedida de Dércio Tavares para assumir a Secretário de Obras, e a nomeação de Maria Alves Pinheiro como sua suplente na Câmara de vereadores,

Até aqui trabalhamos duas vereadoras, uma eleita pelo voto direto, Maria Cordeiro de Castro, e outra que ficou como suplente e depois veio assumir o cargo de vereadora, Maria Progênio. Destacamos suas principais áreas de atuação que se assemelham muito, ambas tinham seus trabalhos direcionados a educação, atuavam nas organizações de festividades, eram detentoras do carinho e admiração de uma grande parcela da população e se dedicaram na carreira política por convites de partidos que precisavam de suas imagens para as campanhas eleitorais. No entanto, Maria Cordeiro permaneceu apenas por um mandato, não querendo retomar novamente, já Maria Progênio ficou por 12 anos como vereadora na Câmara Municipal de Cametá. Agora passaremos para as entrevistas com as mulheres que não ocuparam cadeiras na Câmara Municipal, mas tiveram atuações políticas de grande signif

icância na história política Cametaense.

Dona Izabel Igreja Alves outra mulher de destaque na política do município de Cametá, é natural da cidade de Mocajuba, moradora da vila do Carapajó desde 1968, casada com o senhor Orcir de Moraes Pereira, teve 4 filhos. Conta que trabalhou como cabo-eleitoral de políticos em várias campanhas eleitorais, inclusive na de 1982. Foi cabo-eleitoral de Maria Progênio, e desenvolvia trabalhos com a Comunidade Católica de São Benedito na vila de Carapajó, conforme conta:

“Desenvolvia trabalhos sociais com as crianças como escrita, leitura, música, dança. Além de atuar como professora na vila, assim como Maria Progênio também estava a frente de atividades referente à saúde com o auxílio do Doutor Herundino Moreira, em contra partida o apoiava e atuava como cabo eleitoral do mesmo em suas candidaturas” (Fala de Izabel Igreja Alves, moradora da Vila de Carapajó, em 2016)

Nos relatos da senhora Izabel Igreja:

“O povo da Vila do Carapajó estava ansioso por mudanças, aja vista que sempre ficaram esquecidos pelo poder público, foi quando resolveram fazer uma reunião para tentar solucionar o problema. Depois de muitas conversas chegaram à conclusão que precisavam de um representante na Câmara municipal para reivindicar seus direitos, foi quando resolveram lançar um candidato a vereador. Vários nomes foram citados inclusive o meu, mas quem de fato se destacou foi dona Maria Progênio devido morar a bastante tempo na comunidade e principalmente pelo trabalho que desenvolvia na região e também sabiam que era a única pessoa que poderia se eleger” (Fala de Izabel Igreja Alves, moradora da Vila de Carapajó, entrevista feita no ano de 2016).

A partir dos relatos da senhora Izabel Igreja é possível observar como ocorreu o processo para a entrada de Maria Progênio no cenário político local. E da mesma forma, perceber que estas duas mulheres tem relações muito próximas com a população local. Portanto, assim como a senhora Maria Cordeiro e Maria Alves, dona Izabel Igreja também desenvolvia e ainda desenvolve, atividades ligadas à igreja, saúde e educação. Isso nos leva a refletir a respeito de como estas mulheres eram vistas pelos políticos, que mesmo abrindo espaço para suas candidaturas, o interesse não era pela atuação que as mulheres poderiam desenvolver trazendo melhorias para a comunidade, e o povo em geral, mas como através da influência que tinham nos seus locais de origem, poderiam acumular votos para seus respectivos partidos eleitorais.

Tal questão também pode ser percebida nos relatos da senhora Xantipa Ranieri mai

s uma das mulheres cametaenses que enveredou pelos caminhos da política deste município. Candidatou-se ao cargo de vereadora nas eleições de 1982, mas não conseguiu se eleger. Xantipa Ranieri é técnica em enfermagem e trabalhava na época como auxiliar de enfermagem no hospital Marilac. Filha de Demóstenes Ranieri e Maria Pinto Ranieri, dona Xantipa nunca casou e não teve filhos. Concluiu seus estudos para auxiliar de enfermagem na cidade de Belém. Ainda hoje exibe com orgulho seu diploma de um de seus cursos de aperfeiçoamento na área símbolo de uma de suas mais significantes conquistas.



**Figura 10:** Certificado de conclusão do curso de aperfeiçoamento de Auxiliar de Enfermagem da senhora Xantipa Ranieri, Fonte: arquivo pessoal da mesma.

Devido ao seu trabalho e a relação que tinha com as pessoas era muito conhecida, “atendia a todos e a qualquer hora”. E isso fazia com que as pessoas tivessem grande afinidade com a mesma.



**Fotografia 06:** Técnica em Enfermagem Xantipa Ranieri. Fonte: acervo O. Assunção Duarte, 2016

Observando essa proximidade com a população alguns políticos a procuraram para filia-la ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e lança-la candidata a vereadora nas eleições de 1982. Nas falas de dona Xantipa Ranieri:

“Como eu tinha uma relação muito próxima com o Doutor Agenor Moreira que foi Candidato a prefeito, ele observando que a população tinha certo carinho por mim. Ele junto com o partido do PMDB resolveu me lançar candidata. Sendo que nunca partiu de mim a vontade de ser candidata foram eles que existiram” (Fala de Xantipa Ranieri, moradora da cidade de Cametá, entrevista feita no ano de 2016).

A partir de falas como esta da senhora Xantipa Ranieri, é perceptível a relação de “caça a votos”, portanto, não se trata necessariamente da preocupação em se ter uma mulher na Câmara Municipal do Município, objetivando a representação política feminina na região

o, pelo contrário, o que interessava era o carisma e a popularidade destas mulheres junto a população, que poderia garantir maior quantidade de votos para os partidos políticos. Dona Xantipa relata ainda que:

“No tempo do Doutor Agenor eu era como uma filha, no tempo do Doutor Herundino foram duas vezes que me lançaram como candidata não importava se eu não me elegeisse, por que o pouco de voto que eu puxasse ia ajudar o Doutor Herundino e eu o queria como prefeito de Cametá, pois eu sabia que com ele ia melhorar por ser médico e uma das coisas que ele me prometeu foi uma ambulância na frente da minha casa.” (Fala de Xantipa Ranieri, moradora da cidade de Cametá, entrevista feita no ano de 2016).

Nesta fala Xantipa Ranieri deixa claro que suas próprias perspectivas não eram de se eleger, mas de ganhar votos para o candidato a prefeito lançado por seu partido, em troca de promessas que davam continuidade no trabalho que ela já vinha desenvolvendo com a população, como já foi exposto anteriormente, que atendia os doentes a qualquer hora e lugar, e a promessa da ambulância ajudaria muito a população e traria melhoria para esses atendimentos.



**Fotografia 07:** Dona Xantipa Ranieri em campanha nas eleições de 1982 na cidade de Cametá, junto a Jader Barbalho e Herundino Moreira. (Fonte: arquivo pessoal de dona Xantipa Ranieri)

Na fotografia acima temos da esquerda para direita de azul Jader Barbalho deputado Federal e candidato e eleito governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nas eleições de 1982, Dr. Herundino Moreira, e dona Xantipa Ranieri de branco. A fotografia confirma que como nos é relatado por dona Xantipa, nos períodos de campanhas ela sempre saía ao lado dos candidatos para as campanhas nas ruas. Dona Xantipa aparece quase que do lado de fora do carro, enquanto no centro acenando para o povo está o candidato a governador do estado e o candidato a Prefeito da cidade.

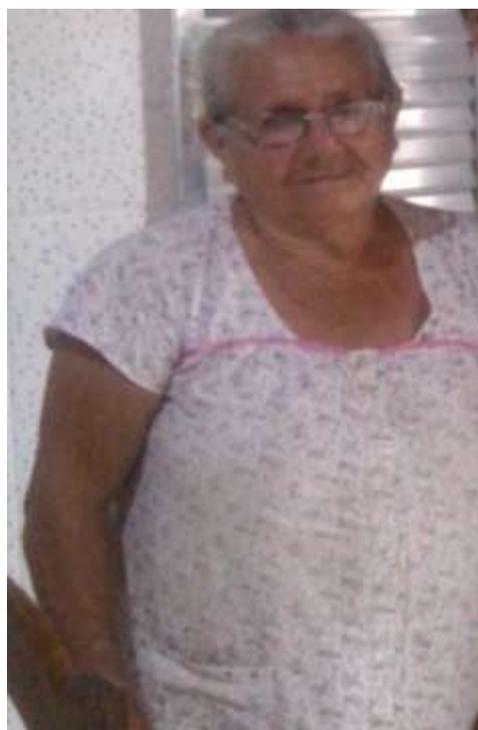
É possível notar que as três mulheres citadas tiveram relações políticas com o Doutor Agenor e o Doutor Herundino, todas estavam ligadas a saúde, tinham boas relações com a população, estavam ligadas a projetos sociais das comunidades e estrategicamente pertenciam a lugares diferentes, dona Xantipa na cidade de Cameté e Dona Maria Progênio e Isabel Igreja da Vila do Carapajó. Atuaram independentemente de candidatas, sendo cabo eleitoral ou não. Isso nos leva a pensar que a busca pelo apoio dessas mulheres visavam a campanha eleitoral de um prefeito com sua respectiva consolidação e não necessariamente buscavam candidatar ou eleger uma mulher.

Mas essa utilização da figura feminina na política como estratégia na busca de votos, já acontecia mesmo que não fosse como candidatas efetivas a cargos políticos. As próprias mulheres dos candidatos a vereadores já cumpriam esse papel no próprio âmbito familiar, na casa recepcionando e dando assistência a eleitores. Como é o caso de dona Glicéria Maria Pompeu Pantoja, mais conhecida por dona Lula, hoje aos 83 anos de idade, foi casada com o falecido e ex-vereador de Cameté João Carneiro Rodrigues Pantoja com o qual teve oito filhos, dona Glicéria trás muitas memórias da época em que seu marido ocupou uma vaga de vereador na Câmara municipal de Cameté:

“Olha nós sempre tivemos nosso trabalho no campo, e também participávamos da igreja Assembleia de Deus, João Carneiro gostava de ajudar muito as pessoas e através disso veio a ideia de se tornar vereador apoiado pela nossa igreja, assim que ele se elegeu a casa que já vivia cheia encheu mais ainda, nesse período aprendi muitas coisas principalmente a tratar bem as pessoas eu sempre estava alegre sorrindo, nós ajudávamos as pessoas como podíamos dando rede, tesado, remédios, e principalmente um prato de comida. Depois de eleito ele passou a ficar mais tempo em Cameté, e eu ficava em casa meu trabalho era tratar bem as pessoas que vinham pedir ajuda. Todos os dias a casa ficava cheia, quando chegava um doente organizava tudo para manda-lo para cidade. No período da campanha saíamos pelos interiores, íamos de barco, de trator ou até mesmo a pé, eu sempre estava junto só não ia quando tinha que ficar em casa para receber alguém. Quando chegava o dia da eleição era uma loucura, a casa ficava cheia, as pessoas vinham dos vilarejos ao redor para votar e iam direto para ca

sa, nesse dia era muita comida que era feita , só de feijão eram dois panelões desse que fazem merenda na escola, eu dava a comida e depois ia levar para votar, eu deixava a pessoa na porta para ter a certeza que ninguém ia desvia-lo no caminho. Nesses dias eu não tinha tempo nem de comer, pois quando chegava em casa já tinha outro pra levar para votar. Minha filha, teve um ano que as pessoas que estavam lá queriam me prender. Depois de eleito o João voltava para Cametá e eu ficava aqui tomando conta das coisas. As pessoas falavam ‘dona lula foi a senhora que elegeu seu Carneiro sem a senhora ele nunca que seria vereador’. Mas eu não fazia nada minha filha, apenas a minha obrigação de mulher, eu nunca fui na Câmara, pois lá era ambiente de homem não de mulher...Meu lugar era aqui cuidando da casa, indo pra igreja e ajudando as pessoas que precisavam da minha ajuda” (Fala de dona Glicéria Maria Pompeu, 83 anos, moradora da localidade de Curuçambaba, entrevista feita no ano de 2016).

O relato de dona Glicéria Maria Pompeu é rico de informações para compreendermos a participação das mulheres que tiveram fundamental importância nas candidaturas de seus maridos, mesmo sem ter “pisado uma única vez na Câmara municipal”. É possível notar como a participação desta mulher foi importante e como se dava a atuação dela no meio político, no contato direto com os eleitores. Organizava os almoços em dias de votação, auxiliava recepcionando os eleitores. Levava-os para os hospitais em casos de doenças, comprava remédios.



**Fotografia 08:** Senhora Glicéria Maria Pompeu, uma das mulheres que ajudou na candidatura do marido, mesmo sem ter “pisado uma única vez na Câmara municipal”. Fonte: acervo Assunção Duarte, 2016.

Ela fazia todo o trabalho de cativação do eleitorado, como a mesma afirma, aprendeu a tratar bem as pessoas, e essa sua postura se torna essencial para a candidatura do marido. Assim, percebemos que o trabalho e a representatividade política destas mulheres não se limitam apenas a participação na Câmara do município, também podem ser percebidas nas cozinhas das casas de políticos, nas campanhas de ruas, quando atuavam ou atuam com o povo em busca de votos.

Por outro lado, também percebemos negação por parte delas, ao ser questionada se participava da política, ela responde que todas as atividades que desenvolvia era como “obrigação de mulher”, como se sua atuação não ultrapasse para o âmbito político como se todo seu trabalho de cativação do povo, não causassem impactos nas eleições. É notório que sim, a participação de mulheres, como dona Maria Pompeu, são participações políticas e de grande importância para cada comunidade onde acontece eleições, e em muitos casos são decisivas nos resultados de eleições.



**Fotografia 9:** Senhora Maria Emília Martins, participava das campanhas eleitorais como cabo eleitoral do esposo. Fonte: Acervo Assunção Duarte, 2016.

Na mesma situação, a senhora Maria Emília Martins esposa do falecido ex-vereador Osmar Pantoja Barra, com o qual teve nove filhos, também viveu situação muito parecida com a de dona Maria Pompeu. Pois, desenvolvia as mesmas relações de auxílio aos eleitores, em acompanhamento a hospitais, na busca por remédios, na alimentação, participando de campanhas nas vilas:

“Meu marido era um homem muito alegre e brincalhão, ajudava muito esse povo as vezes estava em casa e sem avisar ele chegava com todo aquele povo que estava no trapiche para almoçar. Ele queria conseguir benefícios para a população por isso resolveu se candidatar. Ele acabou se elegendo pela primeira vez em 1976, quando tinha um doente mandavam logo para casa e era eu a responsável de leva-lo ao hospital. Mas eu não participava da política, apenas ajudava cozinhando tratando bem as pessoas, levando no hospital a qualquer hora que chegasse um. Eu também ajudava anotando os compromissos do Osmar, o que ele prometia ele tinha que cumprir e tudo era eu que organizava.” (Fala de Maria Emília Martins, 71 anos, moradora da vila de Curuçambaba, entrevista realizada no ano de 2016).

Contudo, o que chama a atenção é a resposta que dona Maria Emília Martins dá ao ser questionada a respeito de como era a participação política dela junto ao marido, Osmar Barra, diz que não participava da política, pois nunca tinha ido na Câmara de Cameté:

“Não, eu nunca fui a nenhuma reunião, na Câmara, só quando iam em casa e eu tinha que organizar tudo.” (Fala de Maria Emília Martins, moradora na localidade de Curuçambaba entrevista realizada no ano de 2016).

Tal afirmação, contudo, não vem só da parte de Dona Emília, é também compactuada por outras pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa, que ao serem questionadas a respeito da participação feminina na política cametaense, citam só os nomes de dona Maria Cordeiro e dona Maria Progênio, uma vez que estas duas mulheres foram as únicas a ocuparem cargos políticos na Câmara Municipal do Município de Cameté, não levam, portanto, em consideração as muitas “Emílias” e “Marias” que atuaram junto aos seus maridos nas campanhas políticas, ou as outras mulheres que se candidataram a cargos políticos no município, assim como a dona Xantipa Ranieri, ou ainda de muitas outras, como dona Isabel Igreja, que não se candidataram, mas tiveram participação fundamental nas consolidações de outros políticos.

Neste sentido, é importante que se ressalte que a mulher cametaense teve sim participação política no seu município. E que apesar de há muitos anos não ocuparem uma cadeira na câmara municipal, nunca se mantiveram longe das ações sociais dos movimentos da ci

dade e das próprias campanhas eleitorais. O fato de ainda não ganharem o reconhecimento que às legitimassem, engajado pelo preconceito e muitas vezes por estratégias políticas, não as tiram todo o respeito e o reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido na cidade, seja como enfermeiras, professoras, coordenadoras de festividades ou qualquer outra atuação. O certo é que as mulheres cametaenses sempre estarão presentes na política, e não uso a expressão de forma indireta, pois acredito que esse contato é muito mais direto do que um discurso, ou uma fotografia estampada na parede da câmara.

Concluimos este tópico do presente trabalho com uma grande preocupação, que é em relação a “amnesia masculina”. Pois um de nossos entrevistados, e ex-prefeito de Cametá, que durante o seu mandato de 1977-1982, também fazia parte do quadro de vereadores da Câmara Municipal a professora Maria Progênio, que chegou ao cargo pela grande influência que exercia entre o povo, ao ser questionado se lembrava de alguma figura feminina na política cametaense, respondeu que: *“Passei a noite conversando com minha esposa e não conseguimos lembrar nenhuma mulher com participação política efetiva na cidade, tirando a Maria Cordeiro que foi a única que conseguiu chegar lá não tenho como ajuda-la e em sua pesquisa”*.(Alberto Mochel, morador da cidade de Cametá, entrevista feita em 2016). Perante a isso reforçamos a importância do trabalho diante da comunidade cametaense não só pelo reconhecimento dessas mulheres, mas para que nos ajude a pensar a participação de outras mulheres para que não continuem sendo usadas apenas como estratégias em busca de votos, e que possam ganhar o reconhecimento necessário por parte da população, para que ocupem uma cadeira que a muito tempo é usurpada das mesmas na Câmara Municipal de Cametá.

## CONCLUSÃO

As discussões e questionamentos levantados no decorrer deste trabalho nos deram o oportunidade de nos depararmos com inúmeras personalidades políticas femininas participantes dos processos eleitorais, e isso nos possibilitou conhecer e entender que as mulheres mesmo participando das campanhas eleitorais, não tiveram grande destaque na história política de Cametá. Entende-se que no período de 1940 a 1980 nos processos eleitorais, prevaleceu à força do poder econômico e do machismo ligado às políticas tradicionais, e isso possibilitou poucas oportunidades para o surgimento de lideranças femininas.

A partir das pesquisas que nos levou a ter contato com alguns entrevistados incluindo algumas mulheres que viveram o período estudado, podemos afirmar que sempre houve participação feminina na política cametaense, e que essa participação está exposta nas ações dirigidas pelas mesmas, tanto como candidatas, mulheres de candidatos, cabo eleitorais ou ajudando de qualquer outra forma nos processos de campanhas eleitorais, antes, durante ou depois dos pleitos. E essa "ausência" que por muitos é colocada decorre do não reconhecimento dessas mulheres, que só passam a ser vistas a partir do momento que ocupam uma cadeira na Câmara Municipal, desprezando assim todo o árduo trabalho que outras mulheres assumem e desenvolvem nesse meio conforme foi tratado neste estudo. Podemos perceber que em muitos casos esse envolvimento feminino pode até definir uma candidatura, mas é usado por candidatos do sexo masculino para conquistar eleitores e arrecadar votos. E que no momento do reconhecimento sempre ouvimos respostas negativas referentes à essa participação.

Como um dos principais embates na elaboração do trabalho foi identificar essas mulheres, pois quando questionamos sobre a presença feminina na política cametaense a resposta como unanimidade é a figura de dona Maria Cordeiro de Castro e em segundo a de dona Maria Progênio. Ficando assim omissa as tantas outras personalidades femininas que participaram de campanhas políticas e tantos outros processos eleitorais no decorrer da história de Cametá.

Gostaríamos de poder abarcar grande maioria dessas mulheres, para que suas atuações não fossem esquecidas das memórias, e pudessem ser registradas para preservação não só para da história da mulher na política de Cametá, mas também da política cametaense como um todo onde essa participação sempre foi fundamental.

## **FONTES DA PESQUISA**

### **a) DOCUMENTOS ESCRITOS**

- Museu Histórico de Cametá Raimundo Pernafort de Sena,
- Câmara Municipal de Cametá (Nomes das Candidatas e históricos das Políticas).
- Cartório Eleitoral de Cametá (Registro de candidatura).
- TRE (Tribunal Regional Eleitoral)

### **b) ENTREVISTAS**

ALVES, Izabel. 65 anos professora aposentada. Entrevistada no dia 06 de Fevereiro de 2016, na Vila do Carapajo.

BARRA, Maria. 71 anos Aposentada. Entrevistada no dia 22 de janeiro de 2016, na Vila de Curuçambaba.

HELENA, Marcia, 48 anos, Professora, Entrevistada no dia 31 de Maio de 2016, em Belém.

MOCBEL, Alberto, 85 anos, Aposentado. Entrevistado no dia 05 de Janeiro de 2016, em Cametá.

PANTOJA, Dumicelia, 83 anos, Aposentada. Entrevistada no dia 12 de Fevereiro de 2016, na Vila de Curuçambaba.

RANIERI, Xantipa, 65 anos, aposentada. Entrevistada no dia 07 de janeiro de 2016, em Cametá.

REDIG, João Maria Monteiro, 78 anos aposentado. Entrevistado no dia 07 de janeiro de 2016, em Cametá.

RIBEIRO, Raimunda Célia Costa, 58 anos professora aposentada. Entrevistada no dia 25 de janeiro de 2016, em Cametá.

## BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996. 94 p. (Pesquisas, n. 6).

BERTI, Marilene de Oliveira. O Lugar das Mulheres na Gestão de Políticas Públicas: meia cidadania. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, 2015. (Dissertação de Mestrado - Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação).

BRUSCHINI, Maria. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set/dez. 2007.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003.

CARVALHO, Delza Maria de .Política e Exclusão Social: Um estudo sobre o município de Cameté/ PA. Belém: Editora Camutas,1998

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à Filosofia**. São Paulo, Ática, 2000.

COSTA, Ana. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Niterói**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

FONSECA, Claudia. Política, gênero e sujeito: afinidades com consequências. **Cadernos Pagu** (21) 2003: pp.317-325.

<http://jus.com.br/artigos/3468>;

[Http://matriamulheres.blogspot.com.br/2016/02/conquista-do-voto-feminino-no-brasil.html](http://matriamulheres.blogspot.com.br/2016/02/conquista-do-voto-feminino-no-brasil.html)..

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>.

<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/t>

JUREMA, Solange Bentes. Cidadania e exclusão: a luta das minorias pela representação e participação política. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2007.

KOSOVSKI, Ester. Minorias e discriminação. In: Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. p. 93-101.

MATAIS, Andreza; GUERREIRO, Gabriela. Mulheres ainda são minoria na política. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2007.

PINTO, Mariana Oliveira. Mulheres: uma vida de lutas e conquistas. In: HESKETH, Maria

Avelina Imbiriba. Cidadania da mulher, uma questão de justiça. Brasília: Oab Editora, 2003. p. 135-161.

RODRIGUES, Almira. Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por mulheres. Disponível em: Acesso em: 16 nov. 2007.

VERUCCI, Florisa. A mulher e o direito. São Paulo: Nobel, 1987.

LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**, n. 2, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes, 2004.

MARIANO, Silvana. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História- Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 01-15.

MOCBEL, Alberto Moia. Lembranças e esperanças. 1- Ed. Belém: Editora Grão- Pará, 1996

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POMPEU, José Danubio Pinto. Evolução Territorial e Urbana do Município de Cametá- Estado do Pará\_ Coleção Novo Mundo Tempo Cabano, Vol I, Cametá- Pará, 2002. p. 20 a 27

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte, Leitura, 2009.

SANTOS, Reinaldo; SARAT, Magda. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicas da pesquisa. In: Ed. UFGD. Célio Juvenal Costa; José Joaquim Pereira Melo; Luiz Hermenegildo Fabiano (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**, Dourados, MS: 2010.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

TAMER, Victor. Chão Cametaense. 2-Ed. Belém: Editora Supercorres, 1998

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: história oral, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VOTRE, Sebastião; LOVISOLO, Hugo. Novos rumos do feminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3). 2004.